

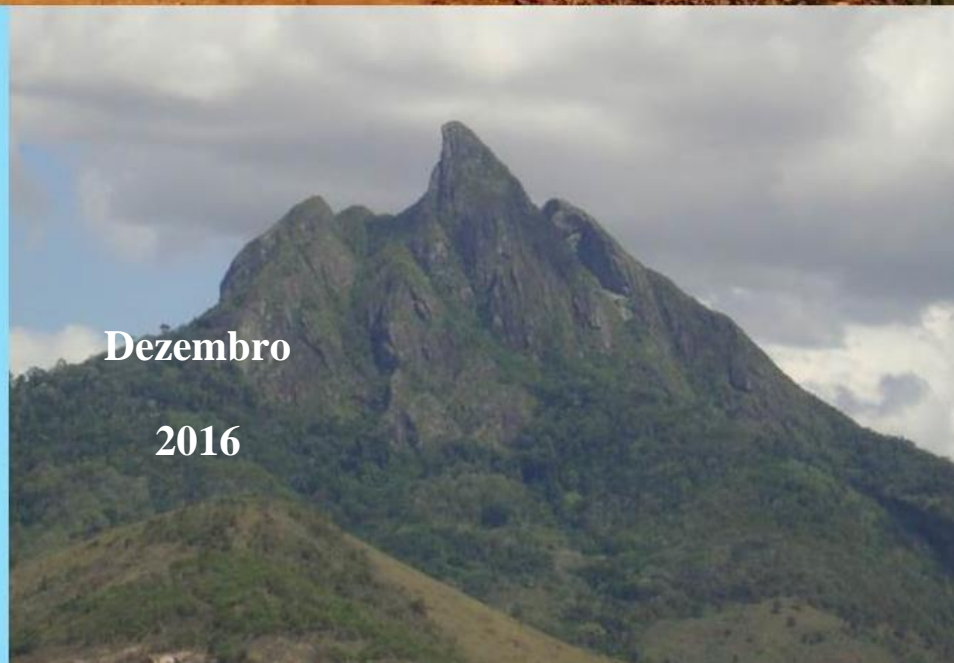
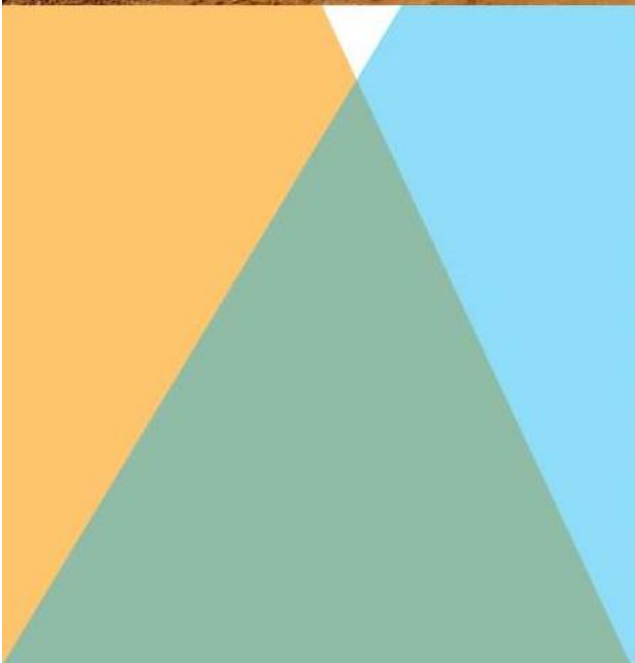


Castiba
Firmão Alves
Ibicuí
Igual
Itapetinga
Itambé
Itarantim
Itororó
Macarani
Malquinique
Nova Canaã
Potiragua
Santa Cruz da Vitória

COLEGIADO TERRITORIAL MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA



PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO TERRITÓRIO DO MÉDIO SUDOESTE – BAHIA



Dezembro

2016

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	03
<i>Capítulo I - Diagnóstico do Território</i>	05
<i>1. Antecedentes Históricos de Formação Socioeconômica</i>	05
<i>2. Características Gerais do Território de Identidade do Médio Sudoeste.</i>	05
<i>2.1. Dimensão Socioeconômica.</i>	05
<i>2.1.1. Aspectos demográficos, gênero, raça, etnia e geração.</i>	05
<i>2.1.2. Aspecto Fundiário e de Relação de Produção.</i>	07
<i>2.2. Dimensão Ambiental</i>	11
<i>2.2.1. Recursos Naturais</i>	12
<i>2.3. Dimensão sociocultural educacional</i>	13
<i>3. Dimensão Político-Institucional</i>	16
<i>3.1. Um Breve Histórico sobre a Política Territorial do Médio Sudoeste.</i>	16
<i>3.2. Limites e Potencialidades do Território do Médio Sudoeste da Bahia.</i>	16
<i>Capítulo II - Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas.</i>	20
<i>Capítulo III – Gestão e Monitoramento.</i>	36
<i>ANEXO 1 - Estrutura Fundiária do Território do Médio Sudoeste</i>	46
<i>ANEXO 2 – Registro Fotográfico de elaboração de Plano Territorial.</i>	51
<i>REFERENCIAS</i>	52

APRESENTAÇÃO

“O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro... A idéia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda” (MILTON SANTOS, 2002, pg. 97).

É com imensa satisfação que apresentamos este Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia, que acaba de ser finalizado. Trata-se de um instrumento elaborado pelo Território e para o Território, que qualifica significativamente suas principais demandas e proposições para os órgãos públicos nas suas diversas esferas.

Esta primeira edição é o resultado de um longo processo de diálogos, análises, reflexões, debates, sob a coordenação do Colegiado Territorial, com o apoio da sociedade civil (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Canaã, Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais de Macarani, Associações, ONG, Centro de Estudo e Ação Social (CEAS) de Salvador .Poder público como (Prefeituras, If Baiano, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus Itapetinga, Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR / Superintendência de Políticas Territoriais e Reforma Agrária (SUTRAG); Serviço Territorial de Agricultura Familiar (SETAF/CAR-Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional/Bahiater); CEPLAC – Centro de Pesquisa da Lavoura Cacaueira; Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) do Sudoeste da Bahia; Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN - DPT) Departamento de Política Territorial; edo Consultor Maicon Leopoldino de Andrade.

No segundo semestre de 2016, foram realizadas reuniões, oficinas, consultas e assembléias, com a participação ativa de representantes da sociedade civil e de órgãos e instituições públicas das esferas municipal, estadual e federal, com atuação nos treze municípios que integram o Território do Médio Sudoeste da Bahia. Este PTDRSS traça um diagnóstico do Território nos seus aspectos sócio-econômico, cultural, ambiental e

institucional, destacando potencialidades e limitações (Capítulo I); define os principais eixos do desenvolvimento sustentável e solidário do Território, os objetivos, as estratégias e as metas (Capítulo II), que deverão nortear os Planos de Ação Territorial (*PAT's*) para os próximos oito anos; propõe, enfim, uma estratégia de gestão social e de monitoramento do próprio Plano (Capítulo III), norteadas pelos princípios de transparência, participação e sustentabilidade.

As principais deliberações dos Planos Plurianuais (*PPA's*), das Conferências e Seminários Territoriais, além de um esboço de Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável, iniciado em 2010 e não finalizado, foram levados em consideração e incluídos neste PTDRSS que se torna, agora, o principal instrumento orientador das estratégias de intervenção no Território. Espera-se que este Plano Territorial oriente a articulação e a implementação de projetos, programas e, principalmente, políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento territorial sustentável e solidário almejado por todos nós, à luz da *Lei nº 13.214* que dispõe sobre princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia.

Marilanda Lima
Diretora Geral
A Coordenação Executiva do CODETER

Itapetinga, 19 de dezembro de 2016.

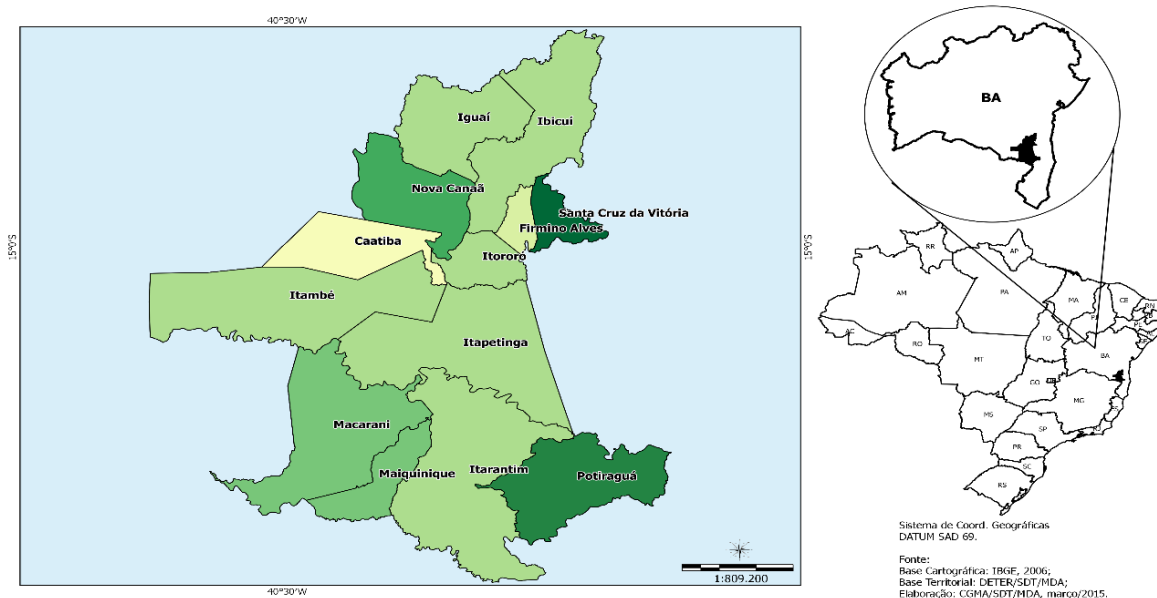
Capítulo I - Diagnóstico do Território

1. Antecedentes Históricos de Formação Socioeconômica

O Território de Identidade do Médio Sudoeste está inserido na macrorregião semiárida nordestina, compreende uma área de 11.763,0 km², equivalente a 2,1% do território do Estado e engloba os municípios de Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaí, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória. De

acordo com a divisão regional do IBGE(1990), esta microrregião baiana está localizada geograficamente na mesorregião do Centro Sul baiano, denominada Microrregião de Itapetinga

Figura 1. Localização Geográfica do Território do Médio Sudoeste



De acordo com Hassegawa (1996), a coroa portuguesa, dando seguimento ao seu projeto de colonização, incubiu João Gonçalves da Costa, na segunda metade do Séc. XVIII, de penetrar as matas da Bahia, e abrir uma estrada que ligasse o interior ao litoral, começando pela cabeceira do Rio Pardo, atingindo a cabeceira do Rio Catolé Grande, onde travou luta com uma das tribos – os Mongoyós, no território de Vit. da Conquista, dizimando este povo, esse Bandeirante continuou descendo o este rio até o Rio Pardo, chegando até Canavieiras. Após o massacre foi construída uma capela com o nome Nossa Senhora da Vitória da Conquista que em 1840, foi elevada à categoria de Freguesia e o povoado à categoria de vila, se tornando independente da matriz do Rio Pardo em Minas Gerais, anexando à Comarca do Rio de Contas. Pelos serviços prestados à Coroa Portuguesa este Bandeirante recebera uma grande faixa de terras desta região marcando o início da ocupação. O histórico da primeira penetração no território, portanto, se deu por Itambé e Itapetinga, descendo a encosta da Serra do Maçal, e suas primeiras ocupações por volta de 1821 e 1835 por Itambé e Maquinique seguido de Itapetinga em 1850. O início da criação bovina se dá por volta de 1890 e seu primeiro distrito criado em 1920 sendo Itambé, seguido de Macaraní em 1924. Na segunda metade do Séc. XIX, abria-se a estrada que liga Ilhéus ao Planalto de Vitória da Conquista, visando escoamento ao gado criado às margens dos Rio Pardo até o litoral, satisfazendo aos interesses da colonização e ao contrabando de ouro. Como marco da emancipação política tem-se 1927 e 1943 os municípios de Itambé e Macaraní alçando-se à

condição de município seguido de Itapetinga em 1952, seguidos em 1961 e 1962 pela emancipação de Itarantim e Maiquinique. Esta ocupação e expansão da pecuária, representa portanto, o terceiro e último ciclo da expansão da criação bovina do estado da Bahia. A formação econômica e social se dá em ambiente de extrema violência, por ser uma das últimas regiões a serem ocupadas, explicada pela densa vegetação e pela resistência indígena ao invasor branco aliado a baixa densidade e insuficiência populacional. Assim por volta de 1821 tem-se registro de Sesmarias concedidas às margens do Rio Pardo ocupada por fazendas de Guedes de Brito, e por volta de 1880 a chegada de populações do sertão, empurradas pela grande seca que dão início ao processo de derrubada da mata, criações de animais, a pequena agricultura de subsistência que paulatinamente dá lugar à pecuária extensiva como suporte para o desbravamento e ocupação definitiva do território. Esta formação é atestada por Souza (2007), que reafirma a brutalidade e sofrida pelos indígenas que ocupavam este território, os Mongoiós e Pataxós que habitavam as margens do Rio Pardo e Contas. Esta ocupação trouxe consigo o extermínio dos povos indígenas onde a perda das suas terras, as aldeias destruídas e os sobreviventes utilizados como mão-de-obra para abertura de estradas, agricultura e no combate aos grupos não-aldeados, são o “caldo social e étnico” que conforma a construção societária deste vasto território. Ainda segundo a autora, a seca que assolou o alto sertão baiano, em 1880, provocou o êxodo de muitas famílias para esta região do estado. Em 1912, Bernardino Francisco de Souza fixou-se à margem do Rio Catolé, apossando-se de uma grande extensão de terra, que, em 1916, foi vendida para Augusto Carvalho.

A ocupação no Sertão da Ressaca (como era antes conhecido este território) foi baseada no modelo predatório de exploração da natureza, nos moldes de um projeto de desenvolvimento pré-capitalista para o campo, ainda incipiente nas terras tupiniquins, a partir da introdução da pecuária e consequentemente a derrubada de matas e plantio de pastagens. Este modelo implantado no início do século XVIII ainda predomina atualmente nos 13 municípios que compõem o Território do Médio Sudoeste (CRISTAL, 2014)

A expansão e auge da atividade pecuarista ocorreram entre 1912 e 1952, sendo este período marcado pela pecuária de corte, e pela ocupação plena dos espaços naturais. Região de difícil penetração, devido aos obstáculos naturais da vegetação de mata densa e à resistência indígena, pelos nativos da tribo Mongoiós, ao invasor branco (OLIVEIRA, 2011). É no decorrer desse processo histórico de ocupação e exploração, que temos a formação dos 13 municípios que compõem este território.

2. Características Gerais do Território de Identidade do Médio Sudoeste.

2.1. Dimensão Socioeconômica.

2.1.1. Aspectos demográficos, gênero, raça, etnia e geração.

O Território do Médio Sudoeste baiano possui extensão total de 11,7 mil quilômetros quadrados e uma população de 247.180 habitantes (IBGE, 2010). O município de Itapetinga é o pólo de referência municipal do Médio Sudoeste com uma população estimada para o ano de 2015 de 76.184 habitantes. No que diz respeito à questão demográfica e de gênero, de acordo com o censo do IBGE/2010 a população total deste território era de 247.180 habitantes, onde 194.742 habitantes residiam na área urbana, sendo 96.040 do sexo masculino e 98.702 habitantes do sexo feminino. Já na zona rural para o mesmo ano, o contingente total era de 52.438 habitantes, sendo 28.601 do sexo masculino e 23.837 habitantes do sexo feminino. De uma maneira geral, destaca-se, a presença de mulheres em maioria na zona urbana, diferente o que ocorre na zona rural. No entanto, os homens, em termos absolutos, ainda são a maioria tanto na zona urbana como rural. 52,6% da população total do território se autodeclarou de cor parda, seguido de 26,2% que se declararam de cor branca e o mesmo percentual para as pessoas que se declararam de cor preta (IBGE, 2010).

Entre os anos de 2000 e 2010, verifica-se um aumento na média do grau de urbanização deste território, passando de 70,1% no ano de 2000 para 78,8% no ano de 2010, refletindo uma tendência nacional. Cabe destaque para o município de Caatiba, onde o crescimento da população urbana, dentre os municípios do território, foi o mais significativo e crescente. No ano de 2000, o grau de urbanização deste município era de 28,6%, saltando em 2010 para a marca de 47,3%, embora seja o município que possui o menor grau de urbanização do território. Já no município de Itapetinga, o grau de urbanização é o maior do território, com 97,1%, com um aumento leve se comparado ao ano de 2000, que já estava na ordem de 95,3%. Entre os anos de 2000 e 2010, os municípios que integram este território experimentaram crescimento demográfico bastante inferior à média registrada para a Bahia (0,1%, contra 0,7% do estado), destacando-se a redução da população rural em 3,3% (IBGE 2010). O esvaziamento do campo no território do médio sudoeste segue uma tendência nacional. Por outro lado o crescimento demográfico segue um caminho contrário, onde uma das justificativas a este fenômeno encontra-se com o processo de migração das populações locais aos centros urbanos mais desenvolvidos, como Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna.

Confrontando os dados coletados nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, verifica-se o aumento da população total que passou de 243.556, em 2000, para 247.180 em 2010, uma variação de 1,49%. Com relação à população rural, houve uma redução de 27,85%, apontando para um processo acentuado, e violento, de esvaziamento e envelhecimentos do campo (MDA/SDT 2015)

Com relação à questão geracional no território, verifica-se uma maior presença de jovens na faixa etária até 14 anos (26%) e entre os mais idosos (12,2%), quando comparados com os índices verificados para a Bahia (25,6% e 10,3% respectivamente). Todavia, se observa uma diminuição de jovens dessa faixa etária entre os anos de 2000 e 2010 no território do Médio Sudoeste. Se no ano de 2000, a participação desses jovens era de 32,2% da população total, no ano de 2010, esse número cai para 26%, sendo acompanhando assim por um aumento da população ou mais de 60 anos, saltando de 9,7% no ano de 2000 para 12,2% no ano de 2010. O reflexo desse contexto geracional é um saldo migratório negativo (-1,01%), entre os anos de 2005 e 2010, acompanhando a tendência da Bahia no período (-1,83%). Nesse intervalo, houve o aporte de 4,7 mil imigrantes e a partida de 7 mil emigrantes, resultando no saldo negativo de 2,3 mil pessoas (SEI 2010).

2.1.2. Aspecto Fundiário e de Relações Sociais de Produção

O Território do Médio Sudoeste tem 7.543 estabelecimentos agropecuários enquadrados como Agricultores/as Familiares (MDA/SDT, 2015). Desse total, as maiores quantidades desse segmento localizam-se em Iguai, seguido de Nova Canaã e Itambé. Os municípios com menor número de estabelecimentos deste segmento social no território são Itapetinga, Ibicuí e Potiraguá (Projeto Geografar/UFBA, 2006).

A primeira observação a ser feita é que o território está dividido entre municípios com perfis agrários distintos. Uns, como Potiragua, Itapetinga, Macarani e Ibicuí, fortemente marcados pela concentração fundiária e outros, como Nova Canaã, Iguai, Caatiba, Santa Cruz da Vitória e Maiquinique, menos concentracionista. Há, ainda, alguns municípios intermediários como Itambé, Itarantim e Firmino Alves. No grupo de municípios com propriedade menos concentrada, a presença de minifúndios (imóveis com área de até 50 hectares) e pequenas propriedades (até 200 hectares) é bastante significativa (40 e 60% dos imóveis). Uma segunda observação, possível, é que a concentração fundiária, no Território, esteja relacionada, de forma mais direta, com a pecuária de corte, enquanto que a menor concentração da propriedade se relaciona mais com a pecuária de leite e outras atividades agrícolas. A partir disso, pode-se formular uma hipótese de correlação bastante estreita entre a predominância da grande propriedade com a criação de gado de corte e, inversamente, relacionar a maior incidência da pequena propriedade com gado de leite e agricultura familiar camponesa. Os municípios intermediários estariam a meio caminho entre um tipo e outro.

Para se ter uma ideia do que isso representa, nos municípios com menor concentração, como Iguai, encontramos 1.941 propriedades rurais ocupando 57,70% do total da área e Nova Canaã com 1.831 ocupando 52,47%. Enquanto isso, no município de Firmino Alves, somente

6 propriedades ocupam 54,85% do total da área; em Caatiba, 8 propriedades acima de 500 hectares ocupam 41,52% do total da área e, em Itapetinga, 52 propriedades ocupam 52,57%. Por sua vez, nos municípios de média concentração fundiária, como Itambé, encontramos 30,7% da área ocupada por propriedades abaixo de 200 hectares, contra 37,44% ocupada por propriedades acima de 500 hectares.

Com relação à existência de Empreendimentos da Economia Solidária, o Território do Médio Sudoeste apresenta poucas organizações associativas com esse perfil, segundo informações coletadas no Mapeamento Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, realizado e finalizado pela SENAES no ano de 2013. Por outro lado, a identificação dos/as agricultores/as familiares por meio das Declarações de Aptidão para o PRONAF, neste caso a DAP Física existentes e emitidas no território, ainda está bem abaixo, comparado ao universo existente desse segmento no território. O município de Nova Canaã apresenta o maior número de agricultores/as familiares com DAP Física (1.512), contrastando com o município de Maiquinique que apresenta somente 57 agricultores/as familiares com este documento. Do total de Agricultores Familiares do território, apenas 30% possui DAP Física (SAF/MDA, 2015).

No que diz respeito à democratização das terras do território, dos 684 projetos de reforma agrária existentes no Estado da Bahia, 05 estão localizados no território do Médio Sudoeste, sendo 03 nos município de Iguaí, com 132 famílias assentadas, e 02 assentamentos em Itambé, com 102 famílias assentadas, totalizando 234 famílias assentadas entre os anos de 1986 e 2014, distribuídas em 3.985 ha (INCRA,2014).

O Território do Médio Sudoeste está quase que estritamente restrito às pastagens, com criação de gado de leite e de corte, usando o regime extensivo e semi-intensivo. A atividade agropecuária do território possui 868,4 mil de animais (IBGE,2010) destacando-se os municípios de Itarantim (115.915), Itapetinga (95.497), Itambé (92.894) e Macarani (96.743), com cerca de 54% do rebanho total do território. Segundo a PPM / IBGE, no ano 2008, os dez municípios da Bahia que apresentaram os maiores rebanhos por ordem decrescente foram: Itamaraju, Guaratinga, Itanhém, Itarantim, Vitória da Conquista, Itapetinga, Medeiros Neto, Itambé, Ibicuí e Ipirá. Esses municípios somados totalizavam um rebanho de 1.343.410 cabeças, o que correspondia a 12% do rebanho do estado naquele ano. O território do médio sudoeste encontra-se na 4ª posição do Estado como produtora de leite. Essa riqueza não reflete numa distribuição igualitária de qualidade vida para os habitantes, mesmo tendo uma indústria calçadista de médio e grande porte na região, contribuindo no PIB estadual apenas com 1,4% da riqueza produzida no estado (SEI).

Embora, o território se apresente como uma região caracterizada economicamente pela produção da pecuária, as atividades agrícolas também se faz presente, se manifestando através de práticas de produção diversificadas, típico da identidade camponesa, como os plantios de lavoura temporária e permanente, como o feijão, milho, mandioca, cacau, cana-de-açúcar, e mais recentemente, grupos organizados de agricultores/as de Ibicuí, especializados na produção de mudas de citros e de pescadores artesanais no município de Itapetinga, Iguaí e Itambé. Este mosaico diversificado da agricultura camponesa no território, com suas práticas tradicionais de relação com a natureza e sua adequação para padrões mais tecnificados de produção, confirma a tese de manutenção e reprodução social deste segmento, frente ao processo histórico de exploração e tentativa hegemonização do capital fundiário no espaço rural ao longo do tempo. Hasegawa (1996, 162 p.), propõe 20 anos atrás, as saídas e alternativas apontadas para superação da crise gerada pelo sistema produtivo, econômico e político/cultural da região, como devendo sempre ser discutidas e tratadas em um ambiente de conflito e composição social, capaz de impulsionar o desenvolvimento pleno das forças produtivas da região, com respeito pleno à cidadania dos trabalhadores, e apontando estratégias que dialoguem com o Desenvolvimento Sustentável e suas variáveis qualitativas e sistêmicas, com olhar especial pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e o melhor uso e gestão dos recursos ambientais. Tem-se assim o que seria 7 anos depois os territórios rurais e territórios de identidade como sendo este espaço de diálogos, planejamento, estratégias e gestão social de políticas públicas pactuadas.

Tabela1. Área (hectares) destinada ao plantio, segundo grupos de atividade econômica, segundo municípios do Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia, Bahia, 2006.

UF / Território / Município	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Pesca	Aquicultura
Caatiba	817	10	1.842	20 -	25
Firmino Alves	-	-	2.672	-	-
Ibicuí	1.189	291	3.858	20 -	-
Iguaí	4.152	990	10.469	15-	6
Itambé	517	1.529	2.686	39	62
Itapetinga	1.399	-	-	-	10
Itarantim	698	1.549	245	-	-
Itororó	183	29	9.299	-	-
Macarani	1.627	101	539	-	-
Maiquinique	1.226	-	1.033	-	-
Nova Canaã	1.874	186	8.227	-	5
Potiraguá	457	-	290	12 -	15

Santa Cruz da Vitória	60	X	990	-	-
-----------------------	----	---	-----	---	---

Fonte: IBGE, 2006 e Dados do SETAF de Itapetinga.

No entanto, o crescimento quantitativo, que transformou a região em uma das maiores produtoras de leite e de carne do Estado e do Nordeste, não foi acompanhado de uma preocupação maior com produtividade e principalmente com os impactos socioambientais da atividade. O modelo de uso e manejo da terra, baseado na monocultura do gado, implementos agrícolas, desmatamento, queimadas e pacotes químicos, apresenta sinais claros de insustentabilidade ambiental, econômica e social, o que ficou explícito na seca em curso. Segundo dados oficiais da ADAB (2016), a estiagem prolongada que atingiu a região desde o ano de 2015 ocasionou uma queda na produção de leite, na ordem de 52,1% e da população bovina em 126.442 animais, em virtude de uma mortalidade, somente nos seis primeiros meses de 2016, de 29.547 cabeças. Acredita-se que estes números estejam subdimensionados, em virtude da “baixa notificação de mortes realizadas principalmente pelos criadores de gado de leite”. O prejuízo maior, contudo, foi provocado pela morte das pastagens, “estimada entre um terço e metade da área nos municípios mais afetados”. Isso resulta não só na redução da capacidade de suporte atual e de médio prazo, mas também na necessidade de recuperação futura dessas áreas, o que exigirá pesado investimento numa conjuntura marcada por prejuízos e descapitalização, especialmente, dos pequenos e médios proprietários. Assim, “a crise atual nos permite vislumbrar uma nova onda de concentração da terra, com aumento da desigualdade social”.¹

Assim, no contexto do modelo produtivo atualmente realizado no Território do Médio Sudoeste, urge rever práticas que agredem o meio ambiente e desrespeitam o Código Florestal (ausência de reserva legal, não preservação das áreas de preservação permanente, como matas ciliares, nascentes, topos de morros etc., as APP's) e, a curto e médio prazos, urge dar início a um processo de transição da pecuária tradicional para um modelo de base agroecológica, que alie pastagem/criação de gado, com a produção de alimentos e a recomposição florestal, através da proteção de nascentes, rios e morros, pois os ciclos de estiagem tendem a se encurtar no tempo, como mostram estudos científicos.

O Relatório de Avaliação Nacional do PAINEL Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), publicado no ano de 2013, estima que esses eventos extremos aumentem

¹ CUNHA, J. “CAPITAL E CONFLITO NO CAMPO: movimentos rurais e políticas públicas na Bacia do Rio Pardo. Projeto de Pós-doutoramento, Bolsa CAPES-MEC – UCSal, Salvador, 2016.

principalmente nos biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga e que as mudanças devem se acentuar a partir da metade e até o fim do século 21. Dessa forma, o semiárido e, conseqüentemente, o Território do Médio Sudoeste, sofrerá ainda mais no futuro com o problema da escassez de água que já enfrenta hoje. Evidentemente, as conseqüências desse processo serão ainda mais danosas para o território, caso não sejam, a curto e médio prazos, tomadas iniciativas mitigadoras e reparadoras.

2.2. Dimensão Ambiental

O Território do Médio Sudoeste está inserido na faixa climática nordestina denominada de Semiárido (ZEE, 2010), embora apresente grande diversidade climática, com áreas semiáridas coexistindo com espaços úmidos a subúmidos, situando-se em uma faixa de transição entre os Biomas da Mata Atlântica e da Caatinga. Diferentemente dessa tipologia climática, o IBGE enquadra os 13 municípios do território na faixa climática pertencente ao Bioma Mata Atlântica. Converging com essas características, o regime pluviométrico também varia, com as precipitações oscilando de 500mm a 800mm anuais a 1.100mm a até 2.000mm anuais. Destaca-se no Território, a presença de cinco unidades geomorfológicas: Depressão Itabuna, Itapetinga, Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, Planalto dos Maciços Pré-litorâneos e Serras Médio Sudoeste da Bahia.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos compõe as classes de solos predominantes desse território, representando aproximadamente 65% dos solos existentes na região, seguido de Chernossolos Háplicos que correspondem a 27%. Segundo a Embrapa (2010), os Argissolos Vermelho-Amarelo são predominantemente usados com a cultura da cana-de-açúcar, fruticultura (jaca, manga, banana, sapoti, citros, coco, acerola), pastagem plantada (capins baquearia, pangola e elefante), culturas da mandioca, maracujá e inhame.

A pressão das atividades agropecuárias nessa região foi capaz de reduzir a cobertura vegetal a pequenas manchas de remanescentes florestais. São solos com média a elevada fertilidade natural, com médio e alto teor de matéria orgânica. Possuem baixa a média profundidade e estão sobrepostos a rochas do embasamento cristalino, marcadamente saprólitos de granito, gnaiss e migmatito (BESSA LEITE, 2014).

Decorrente do processo histórico de ocupação deste território, através da pecuária extensiva, desmatamento, queimadas e herbicidas, a cobertura vegetal deste território encontra-se em estágio avançado de degradação, impactando negativamente sobre o meio ambiente, segurança alimentar e hídrica. No território, dos 996 mil hectares de área, quase 90% estão ocupadas com pastagens naturais e plantadas (IBGE, 1996).

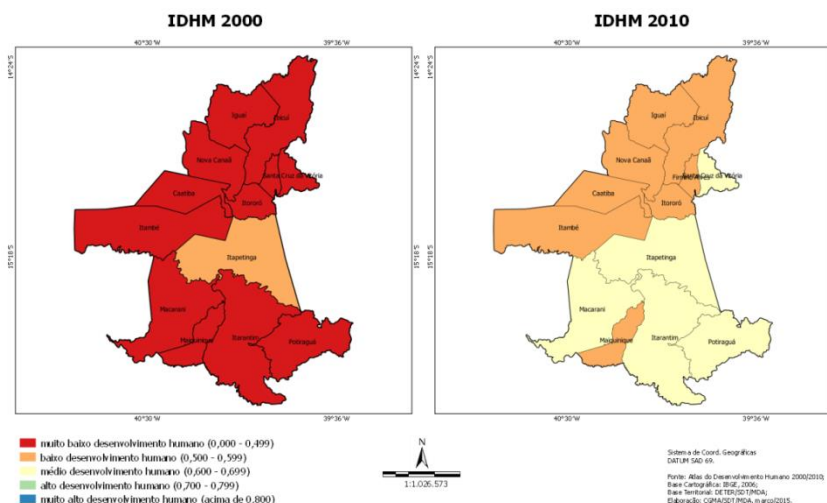
2.2.1. Recursos Naturais

O Território do Médio Sudoeste da Bahia faz limite com o Estado de Minas Gerais e é banhado por diversos rios com significativa importância ambiental e econômica, dentre eles são o Catolé, Pardo, Gongogi e o Colônia. O Rio Pardo merece destaque pela sua presença e abrangência de afluentes na região, constituindo-se assim como uma importante Bacia Hidrográfica desde sua nascente no município de Rio Pardo de Minas (MG) a cerca de 750 m de altitude, até a foz no município de Canavieiras, na região do sul da Bahia, quando deságua no Oceano Atlântico, a 18 km acima da foz do Rio Jequitinhonha, totalizando 565 km de comprimento, sendo 220 km no estado de Minas Gerais e 345 km em território baiano. A bacia hidrográfica do Rio Pardo tem 32.334 km², abrangendo quase 30 municípios, cuja população residente é cerca de 710 mil pessoas. Seus principais afluentes são, pela margem esquerda, os ribeirões Salitre, Ribeirão e Vereda e os rios São João do Paraíso e Catolé Grande, e, pela margem direita, os rios Mosquito, Macarani e Maiquinique.

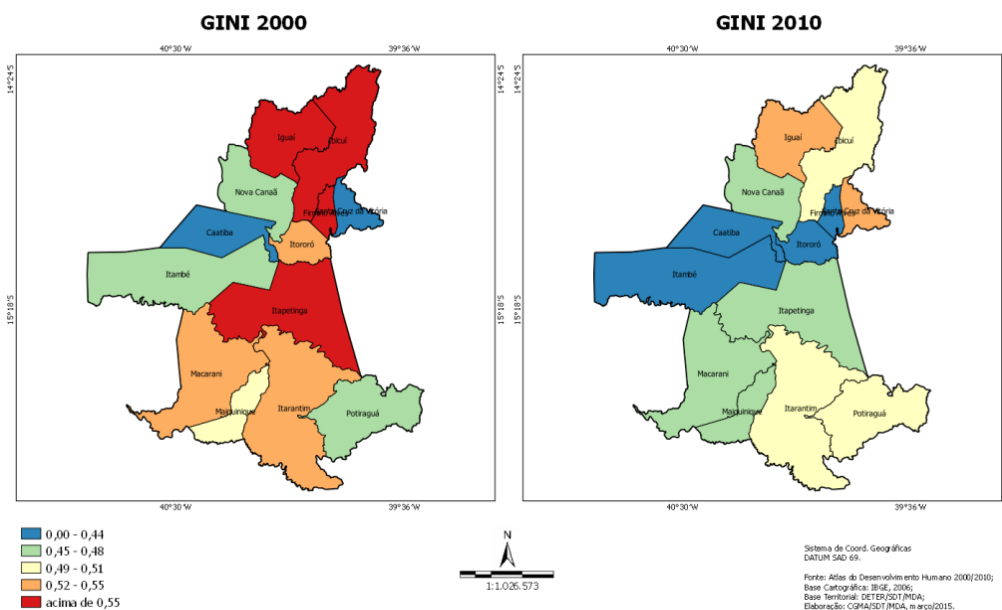
Nesta importante bacia hidrográfica baiano-mineira, está previsto um projeto de extração e transporte de ferro através de um mineroduto com extensão de 490 quilômetros para levar o minério de ferro de Grão Mogol, Região Norte de Minas, até o Porto Sul, em Ilhéus (BA), empreendido pela empresa Sul Americana Metais (SAM), subsidiária da Votorantim Novos Negócios (VNN), que de alguma forma impactará o uso racional do Rio Pardo e seus afluentes (CEAS,2015). Além desse mega-empreendimento, encontra-se uma concessão de licença ambiental, através da portaria 2253 do INEMA do Governo do Estado da Bahia que prevê a ampliação da unidade fabril de celulose branqueada de eucalipto, com capacidade nominal de produção de 1.500.000 tas/ano, ao lado da atual linha de produção da Veracel, e uma base florestal com efetivo plantio de 93.000 hectares distribuída nos municípios Belmonte, Canavieiras, Encruzilhada, Guaratinga, Itabela, Itapetinga, Itagimirim, Itarantim, Itapebi, Maiquinique, Macarani, Mascote, Porto Seguro, Potiraguá, mediante o cumprimento da legislação vigente e dos condicionantes constantes da íntegra da Portaria que se encontra no referido processo. Estes mega-projetos poderão resultar na geração de inúmeros conflitos socioambientais nesta região, como já ocorre em outras regiões do Estado, a exemplo da região sul e extremo sul. (ANDRADE,2015). Além disso, existe o projeto de construção de uma barragem no Rio Catolé a fim de solucionar o gravíssimo problema do abastecimento hídrico da cidade de Vitória da Conquista e região. Esse projeto poderá resultar no agravamento ainda mais da problemática ambiental e da escassez hídrica do território se não for precedido de um amplo projeto de reflorestamento da bacia do Catolé e de revitalização das nascentes.

2.3. Dimensão sociocultural educacional

Ressaltam-se, para efeito de análise, neste documento, os Índices de Desenvolvimento Humano, as condições da Educação e Saúde. Entre os anos de 2000 e 2010, o Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia avançou em relação à elevação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Em 2000, somente Itapetinga (0,529) tinha IDH superior a 0,500. Em 2010, não se observa município do território algum com índice inferior a 0,500 (PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano 2013).



O Território do Médio Sudoeste registra índice de concentração de renda (Gini) inferior à média da Bahia. No estado, o índice alcança 0,631, contra 0,505 no território.



Com relação à situação de escolaridade dos jovens com até 15 anos de idade, o Território do Médio Sudoeste apresenta índices de analfabetismo acima da média da Bahia. O percentual, que no ano de 2000 era de 30,3%, se reduziu para 23,7% no intervalo, bastante acima do índice da Bahia, que atingiu 16,3% em 2010. O problema é mais grave em Nova Canaã (31,4%), Caatiba (30,9%) e Iguai (30,9%). O melhor desempenho foi observado em Itapetinga (14,7%). Um indicador positivo foi o avanço da taxa de escolarização bruta dos municípios que compõe o território, que avançou de 89,2% para 96,2%, o que é ligeiramente inferior à média geral do estado (96,9%). Esse índice dimensiona o acesso à Educação, desconsiderando a evasão. À exceção de Santa Cruz da Vitória (92%), todos os outros 12 municípios registraram taxa superior a 95% (SDR,2016). Com relação à faixa etária dos 15 aos 17 anos, também houve melhoras, mas os resultados são menos satisfatórios. No período, o acesso à educação passou de 75,6% para 80,9%, resultado ainda inferior à média da Bahia (83,7%) (SEI).

No quesito Saúde Pública, os municípios do Território, contrariam a tendência de praticamente todos os Territórios de Identidade da Bahia, registrando dados insatisfatórios entre 2000 e 2015. No período, a taxa de mortalidade infantil aumentou de 18,9 por mil para 20,9 por mil, piorando, portanto, em relação ao que se verificou em 2000. Na Bahia, o índice é de 16,4 por mil. Esses dados se referem aos grupos de cada mil crianças nascidas vivas. Já entre as crianças mortas com idade de até 5 anos, houve uma ligeira queda entre os anos de 2000 e 2015, passando de 23,6 por mil para 23,1 por mil neste período.

Com relação a Segurança Alimentar e Nutricional, o Território do Médio Sudoeste experimenta níveis considerados altos de “insegurança alimentar moderada”. De acordo com esta classificação, medida pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), o Território apresentou, no ano de 2013, uma prevalência de 84,6% de domicílios que conviviam com a restrição quantitativa de alimentos (Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional/BA,2015).

No aspecto cultural, o território apresenta uma forte identidade rural, mesmo no município-sede (Itapetinga), onde a população urbana representa 97% do total de habitantes. Os referenciais de identificação com o campo se devem à predominância da atividade pecuária em todos os municípios, mas também à presença de núcleos produtivos da agricultura familiar e, especialmente, a existência de cinco comunidades remanescentes de quilombos, sendo quatro já reconhecidas pela Fundação Palmares e uma em processo de auto reconhecimento no município de Maiquinique.

Sendo assim, a cultura rural tem forte simbolismo nos festejos juninos e quadrilhas, cavalgadas, manifestações tradicionais dos quilombolas (samba bumbo, trança de fitas, samba de roda, canções de lida, dentre outros), manifestações culturais de fé, como terno de reis, festa dos santos padroeiros e da comunidade protestante, violeiros, sanfoneiros, artesanato em cerâmica, tecido, madeira e couro, além de uma rica gastronomia focada nos produtos da roça: carne do sol, requeijão, queijo, manteiga e outros laticínios, além de diversos tipos de doces artesanais e produtos derivados da mandioca e peixes de rio (principalmente tilápia, traíra e acari).

A música e a literatura são as linguagens artísticas mais presentes, mas também há significativas expressões nas linguagens do teatro e dança. No entanto, apesar da riqueza de expressões artístico-culturais coletivas e individuais, o território precisa avançar muito na implementação de políticas públicas de cultura, em sintonia com a Política de Desenvolvimento Territorial da Cultura, o Plano Estadual de Cultura e a Lei Orgânica da Cultura da Bahia. Atualmente, apenas dois dos 13 municípios (Itapetinga e Nova Canaã) implantaram seus Sistemas Municipais de Cultura.

3. Dimensão Político-Institucional

3.1. Um Breve Histórico sobre a Política Territorial do Médio Sudoeste.

No ano de 2005, o então Território de Identidade da Itapetinga, na época animado pela CEPLAC, foi homologado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e, a partir do PPA 2012 – 2015, passou a ser denominado de Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia.

Foi neste período, também, que se deu a criação da Coordenação Estadual dos Territórios – CET, formada inicialmente pelos membros do GT criado pelo PRONAT e que hoje é uma rede estadual de representação política dos colegiados territoriais.

A partir de 2007, o Governo do Estado da Bahia passou a adotar a divisão territorial como unidade de planejamento das políticas públicas. Para tanto, foi necessária a ampliação da representação e do escopo das políticas trabalhadas nos espaços colegiados nos territórios, acrescentando ao rural as temáticas e as entidades urbanas.

No ano de 2014 é sancionada a Lei 20.974/2014, que institui a Política de Desenvolvimento Territorial da Bahia, elevando-a como uma política de Estado.

3.2. Limites e Potencialidades do Território do Médio Sudoeste da Bahia.

Em relação às dimensões do desenvolvimento com base territorial, foram considerados os seguintes Eixos Estratégicos: **Socioeconômico e inclusão produtiva; Sociocultural e Educacional; Ambiental; Político- Institucional**. Nesse sentido, utilizar-se-á a proposta metodológica orientada para elaboração desse plano, onde serão identificados os limites e potencialidades para cada uma dessas dimensões, a partir dos registros e documentos elaborados pelo Conselho Territorial do Médio Sudoeste Baiano, principalmente o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRSS) do Território de Identidade Itapetinga 2010 e o PPA 2016-2019, (PTDRSS) do Território de Identidade de Itapetinga 2010, os PPA's de 2012-2015, 2016-2019 e as Conferências de Cultura (2014), ATER (2015), Segurança Alimentar e Nutricional (2015), Juventude (2015) e Mulheres (2015).

Quadro 1. Dimensão Socioeconômica

Limites	Potencialidades
----------------	------------------------

<p>Modelo da produção pecuária insustentável, com base na monocultura do gado, prática indiscriminada de queimadas, uso de insumos químicos e dissociada da produção de alimentos e da proteção ambiental;</p> <p>Pequenos e médios pecuaristas com limitado acesso a equipamentos de beneficiamento do leite em suas propriedades;</p> <p>Ausência de Política de ATER pública, gratuita e continuada, com redução de técnicos nas instituições executoras;</p> <p>Envelhecimento do campo x sucessão geracional;</p> <p>Baixo nível de organização coletiva dos/as agricultores/as familiares tanto no âmbito da produção quanto da comercialização, acentuada pelo descrédito com as instituições públicas locais;</p> <p>Pouca ou nenhuma visibilidade dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres na geração de trabalho e renda no campo;</p> <p>Diagnóstico territorial insuficiente relativo às manifestações culturais populares da economia criativa e solidária, dificultando assim um maior protagonismo desse segmento na vida cultural e social dos municípios e consequentemente uma baixa demanda de investimentos públicos na área;</p> <p>Baixo número de DAP's Física emitidas para os/as agricultores/as familiares;</p> <p>PNAE e PAA pouco acessados e priorizados pelos gestores públicos.</p> <p>Falta da Integração da produção agropecuária com indústria manufatureira do couro e derivados; Exploração inadequada da extração do minério.</p>	<p>Presença de importantes centros de ensino, pesquisa e extensão (IF Baiano e UESB); instituições privadas como a UNOPAR, CETEP, Montenegro, UNIPE, UABE (Universidade aberta)</p> <p>Presença da SETAF, CEPLAC, ADAB e Bahiater; Núcleo Regional de Educação, Centro Referência da Mulher</p> <p>Existência de iniciativas de produção sustentável e agroecológica como quintais produtivos, e viveiros de plantas nativas, desenvolvidas por organizações da sociedade civil voltados para a transição agroecológica;</p> <p>PPA 2016-2019 territorializado.</p> <p>Embora o território tenha a marca predominante da pecuária, outras aptidões produtivas são encontradas no território (cacau, cana-de-açúcar, mandioca, frutas);</p> <p>Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Médio Sudoeste da Bahia</p> <p>Pequenos e médios laticínios;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avanços nas atividades pecuárias como a melhoria do padrão genético na bovinocultura; - Abundantes recursos naturais favorecem a prática do ecoturismo, do turismo rural e turismo de eventos em diversos municípios; - Existência de programas do governo federal voltados para a garantia da segurança alimentar, acesso água e apoio a agricultura familiar (PRONAF, DRS, Plano Safra, PROINF, PAC I e II) e outros programas como o Luz para Todos.
--	--

Quadro 2. Dimensão Sociocultural e Educacional

Limites	Potencialidades
---------	-----------------

<p>Índice elevado de analfabetismo nos jovens com faixa etária de até 15 anos;</p> <p>Cursos técnicos e profissionalizantes dissociados do modo de vida camponês e das vocações produtivas;</p> <p>Infraestrutura de energia elétrica ainda ausente em algumas comunidades, impossibilitando a agregação de valor para os produtos da AF;</p> <p>Ineficiente ou inexistente apoio dos gestores públicos no fomento à cultura popular;</p> <p>Existência de associações de jovens na área da cultura;</p> <p>Índice de Insegurança Alimentar moderada existente nos territórios.</p> <p>-Inexistência, insuficiência e/ou precariedade de equipamentos públicos para atendimento à população do território, tais como centros de convivência, centros de tratamento específicos, hospitais de níveis secundários e terciários, serviços o SAMU, unidades de saúde, equipamentos sociais (CREAS, CAPs...), e aterros sanitários.</p> <p>- Insuficiência de programas específicos para o enfrentamento de problemas graves nas áreas social e de saúde no território relacionados a gravidez na adolescência, tratamento de dependentes químicos e álcool, HIV, hipertensão, cardiopatia e diabetes. (Fonte: PTDRS)</p> <p>- inexistência e/ou insuficiência de equipamentos públicos, tais como bibliotecas, espaços culturais e escolas do campo.</p>	<p>Presença de uma articuladora territorial de cultura;</p> <p>PRONATEC Campo (IF);</p> <p>Arca das Letras e Pontos de Cultura;</p> <p>Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Médio Sudoeste da Bahia</p> <p>- Existência de políticas públicas importantes como o SUS, Brasil Sorridente, Programa Saúde da Família, UPA e Programa Água para Todos;</p> <p>- Existências de Conselhos de Saúde e projetos específicos de promoção da saúde;</p> <p>- Existência de políticas públicas educacionais como PNDE, FNDE, Caminho da Escola, Brasil Alfabetizado, Regulamentação do Piso Nacional dos Professores de ensino médio e PRONERA;</p> <p>- A diversidade cultural do território.</p>
--	--

Quadro 3. Dimensão Ambiental

Limites	Potencialidades
<p>Descaso com nascentes, rios, riachos....</p> <p>Municípios do território sem uma legislação específica para a proteção das águas, rios, nascentes e córregos;</p> <p>Pressão da atividade da agropecuária sobre a cobertura vegetal;</p> <p>Empresas de mineração não respeitam as condicionantes ambientais (Maiquinique);</p> <p>Isenção de Impostos para as empresas de mineração (Nova Canaã)</p> <p>Destinação inadequada de resíduos sólidos. A Lei nº 12.305/10 não foi implementada nos municípios;</p> <p>Áreas de APP e Reserva Legal sendo utilizadas para fins de</p>	<p>Conselhos de Meio Ambiente do Território desenvolvendo iniciativas de fiscalização e educação ambiental;</p> <p>Projetos sócio ambientais sendo implementados para repor o passivo ambiental;</p> <p>Descoberta de minério, extração e beneficiamento no Território</p> <p>Conselhos de Meio Ambiente discutindo e elaborando leis de proteção às águas (Itarantim);</p> <p>Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do</p>

<p>exploração agrícola;</p> <p>Gestores Públicos não repassam os recursos provenientes do fundo municipal de meio ambiente para os conselhos;</p> <p>Corpo técnico de fiscalização insuficiente ou inexistente nos municípios;</p> <p>Fragilidade da SEMA na fiscalização das unidades de conservação e das atividades que impactam negativamente o meio ambiente.</p>	<p>Médio Sudoeste da Bahia</p> <p>- Ampliação do acesso à água através da construção de cisternas para consumo humano e produção / Programa Água para Todos.</p> <p>Abundância de nascentes, cachoeiras, riachos, rios e ribeirões na maioria dos municípios do território;</p>
--	---

Quadro 4. Dimensão Político Institucional

Limites	Potencialidades
<p>Baixa participação dos representantes do poder público e empoderamento fragilizado;</p> <p>Falta de recursos financeiros para custeio das atividades dos colegiados;</p> <p>Baixa capacidade técnica para elaboração de projetos associada à dificuldade de apoio técnico qualificado;</p> <p>Alta rotatividade dos membros e CODETER pouco valorizado pelas outras instâncias do governo;</p> <p>CODETER sem um projeto de formação continuada para seus conselheiros/as;</p> <p>Ausência de ADT e NEDET no Território;</p> <p>Baixa interação da sociedade civil com as Estruturas Institucionais;</p> <p>Fragilidade do Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Médio Sudoeste da Bahia.</p>	<p>Câmara Técnica de Agricultura Familiar e Câmaras temáticas Mulheres, Juventude, Agricultura Familiar, Cultura e Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente, Educação e Desenvolvimento Territorial instaladas no Colegiado Territorial;</p> <p>SETAF como apoio logístico, técnico e operacional para as ações do território;</p> <p>SECULT disponibilizando instrumentos públicos de fomento a cultura;</p> <p>Presença do Centro de Referência da Mulher</p> <p>Apoio do SETAF e CODETER na reestruturação dos CMDS's;</p> <p>Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Médio Sudoeste da Bahia.</p>

Capítulo II - Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas.

As tabelas a seguir, são produtos de um processo de construção participativa do Colegiado Territorial, que desde a elaboração do plano, tem a premissa do envolvimento e da discussão dos membros do colegiado para a formulação dessas propostas. Foram disponibilizados os documentos do PNDRS, as escutas do PPA's, resoluções das Conferências Territoriais e o próprio Plano em construção.

Os passos metodológicos utilizados foram:

1. A realização da 1ª Oficina Territorial com apresentação da versão preliminar do plano (capítulo I e II) serviu para que o Colegiado compreendesse o significado dessas matrizes para o conjunto do plano.
2. De posse dos documentos e do Plano em elaboração, os grupos temáticos do Colegiado se reuniram duas vezes (antes da 2ª oficina territorial) para a discussão e preenchimento das tabelas;
3. A 2ª oficina de elaboração do plano, serviu para ratificar e/ou modificar o produto sistematizado pela consultoria (Capítulos II e III), bem como apresentação das propostas de matriz de monitoramento de atividades e do quadro de parcerias estratégicas;
4. Realização da 3ª reunião dos grupos temáticos para discussão e elaboração de preenchimento dos instrumentos apresentados na 2ª oficina;
5. Na 3ª oficina foi apresentada a versão consolidada do Plano, contemplando a sistematização dos três capítulos e consequentemente a aprovação e possíveis ajustes.

Matriz de Objetivos Estratégicos

Eixos de Planejamento da Matriz	Objetivos Estratégicos
EIXO 1 Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	1. Fomentar o aumento da produção de alimentos saudáveis e a ampliação da renda de agricultores familiares, pequenos agricultores/as, assentados/as da reforma agrária e empreendedores da economia solidária e criativa, na perspectiva da transição agroecológica e da segurança e soberania alimentares; 2. Desenvolver e/ou fortalecer as cadeias produtivas da agricultura familiar território, referendadas nos PMDS e PTRDS (PPA); 3. Apoiar a agroindustrialização e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, dos/as assentados/as de reforma agrária, dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no cooperativismo e na economia solidária e criativa, considerando as particularidades e potencialidades de cada município do território; 4. Promover o etnodesenvolvimento ² e a autonomia das mulheres e da juventude rural através da organização, social, produtiva e econômica.
EIXO 2 Formação e Organização Social	1. Promover processos coletivos de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento rural sustentável, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração, povos e comunidades tradicionais; 2. Incentivar as festas e manifestações tradicionais da cultura que preservam a identidade e a diversidade cultural do território (PPA); 3. Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania (Consultor Humberto).
EIXO 3	1. Promover a reforma agrária e a regularização fundiária das áreas

² Etnodesenvolvimento tem como pressuposto a autonomia dos povos e comunidades tradicionais se manifestarem em relação ao seu desenvolvimento.

<p>Estrutura Fundiária e Acesso a Terra</p>	<p>ocupadas por agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, democratizando o acesso a terra e aos recursos naturais;</p> <p>2. Disponibilizar serviços de infraestrutura em áreas de assentamento de Reforma Agrária, povos e comunidades tradicionais (PPA);</p> <p>3. Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso a terra (Consultor Humberto).</p>
<p>EIXO 4 Infraestrutura e Serviços Públicos</p>	<p>1. Promover, para todos, o acesso às políticas públicas e aos serviços públicos, por meio da participação social e da integração de ações institucionais;</p> <p>2. Ofertar aos jovens do território educação contextualizada e qualificação profissional;</p> <p>3. Promover o acesso a serviços de saúde pública de qualidade e para todos, nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária (PPA);</p> <p>4. Prover tecnologias e soluções para a segurança pública no campo e na cidade (PPA);</p> <p>5. Ofertar acolhimento, cuidado e alternativas de reinserção social para pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas;</p> <p>6. Universalizar nos domicílios e comunidades rurais o acesso à energia elétrica, com ênfase em arranjos produtivos da Agricultura Familiar.</p> <p>7. Apoiar técnica e financeiramente o funcionamento dos serviços de atendimento à mulher vítima de violência, através da Casa de Passagem e da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PPA);</p> <p>8. Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos.</p>

EIXO 1: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AMBIENTAL COM INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA		
Objetivos	Estratégias	Metas
<p>Objetivo 1</p> <p>Fomentar a produção de alimentos saudáveis, de base agro ecológica, com inclusão sócio produtiva, em especial da agr. familiar e comunidades tradicionais.</p>	<p>1.1 Estruturação e efetivação dos serviços de ATER pública e continuada, de base agroecológica e solidária e associativista, com ênfase no etnodesenvolvimento.</p>	1.1.1. SETAF e SEMAF's estruturados e com condições de pleno funcionamento.
		1.1.2. Cargos efetivos para toda equipe do SETAF.
		1.1.3. Capacitar 40 técnicos do BahiaTER, SETAF e SEMAFS em cursos de longa duração, teórico-práticos em <i>pedagogia da alternância</i> .
		1.1.4. ATER garantida a, no mínimo, 75% das famílias de agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais, em que pelo menos 50% do público atendido sejam de mulheres e 30% de jovens.
	<p>1.2. Promoção de pesquisas de interesse da agricultura familiar junto às instituições de pesquisa, ensino e extensão no território, com foco na sustentabilidade, agroecologia e sistemas agroflorestais (SAF).</p>	1.2.1. Executar no mínimo 30 projetos de pesquisa e extensão (<i>em sistemas agroecológico e florestais em Universidades, Escolas técnicas, assentamentos e propriedades de agricultores familiares no território em parceria com suas associações e prefeituras</i>).
		1.2.2 Criar e manter pelo menos 2 linhas de pesquisa, com foco nas cadeias produtivas da agricultura familiar, constantes ante às agências de fomento à pesquisa no Estado.
	<p>1.3 Criação de documento de referência para fertilidade do solo em sistemas agroecológicos, nos 13 municípios do território.</p>	1.3.1 Ter obtido um documento com pesquisas sistematizadas, já realizadas na área, junto às instituições que já as fazem, para os municípios do Território.
	<p>1.4. Atualização e contemplação do Zoneamento agrícola, ecológico e econômico, para todos os municípios do território</p>	1.4.1 Ter elaborado e publicado o zoneamento agrícola, ecológico e econômico do Território Médio Sudoeste, com as devidas atualizações e

		atendimentos a todos os municípios.
	1.5. Capacitação continuada para produtores rurais nas áreas de produção, organização social e gestão;	1.5.1 Capacitar em AGROECOLOGIA pelo menos 10% famílias de agricultores familiares por município do território
		1.5.2 Capacitar em GESTÃO ASSOCIATIVISTA pelo menos 10% de agricultores familiares por município do território
		1.5.3 Capacitar em GERENCIAMENTO pelo menos 10% de agricultores familiares por município do território.
	1.6. Valorização da agricultura e da identidade do agricultor(a) familiar, povos e comunidades tradicionais.	1.6.1 Criar pelo menos 03 mecanismos de divulgação e visibilidade do trabalho dos pequenos agricultores (agricultura familiar, Comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e pequenos produtores) no território.
		1.6.2 Criar, inaugurar e apoiar o funcionamento de pelo menos 3 feiras de produtos Orgânicos/Agroecológicos no território/micro regiões.
		1.6.3 Criar a Cooperativa territorial de Economia Solidária (Produção e Consumo).
Objetivo 2 Potencializar as cadeias produtivas de inserção da agr. familiar do território, com ênfase no etnodesenvolvimento³ e a autonomia	2.1 Implantação de infraestrutura para beneficiamento, agro industrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar e de assentados/as da Reforma Agrária.	2.1.1 Capacitar 10% dos produtores por município do território em elaboração de projetos participativos (13 turmas).
		2.1.2 Elaborar e Implantar 10 projetos de desenvolvimento de diferentes cadeias produtivas no

³Etnodesenvolvimento tem como pressuposto a autonomia dos povos e comunidades tradicionais se manifestarem em relação ao seu desenvolvimento.

das mulheres e da juventude rural.		território, envolvendo beneficiamento, agro industrialização e comercialização com respectivos planos de negócio.
		2.1.3 Contemplar um mínimo de 80% dos agricultores familiares de cada município do território com DAP's ativas no período máximo de 3 anos.
		2.1.4 Manutenção adequada das estradas vicinais de acesso as comunidades rurais.
		2.1.5. Ter cumprida a Lei do PNAE e PAA nos 13 municípios do Território.
	2.2 Elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável	2.2.1 Elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e solidário em todos os municípios do território.
	2.3 Inserção de jovens e mulheres no planejamento e organização dos projetos das cadeias produtivas.	2.3.1 Ter a participação de pelo menos 30% de jovens e 50% de mulheres nos projetos de inclusão sócio produtiva nos 10 projetos de desenvolvimento das cadeias produtivas.
Objetivo 3: Regulamentar, implementar e implantar a lei geral municipal da Micro e Pequena Empresa. (Lei 123 de 2006).	3.1 Parceria entre os municípios e o SEBRAE para a implantação da LEI geral nos municípios do território.	3.1.1 Ter implantada a Lei Geral da micro e pequena empresa nos municípios do território.
Objetivo 4 Promover o Turismo Rural, de aventura, esportivo e de base comunitária no território	4.1. Sensibilização, capacitação e Conscientização do poder público dos municípios;	4.1.1. Ter realizado 3 seminários de sensibilização nos micro territórios sobre Turismo Rural ;
	4.2. Sensibilização, capacitação e Conscientização das associações de produtores; dos setores de comércio e serviço e empreendedores individuais quanto ao potencial do setor turístico para a melhoria da geração de emprego e renda, dinamização econômica e	4.2.1. Capacitação em pelo menos 2 turmas com 25 pessoas cada em cada um dos 3 micro territórios em elaboração de projetos turísticos realizada.

	melhoria da qualidade de vida do Território.	
	4.3. Fomentar o desenvolvimento de projetos turísticos nos municípios do território	4.3.1. Ter regulamentado o Turismo em pelo menos 6 municípios do território; 4.3.2. Ter realizado 10 projetos de turismo rural, de aventura e esportivo no território.
<p>Objetivo 5</p> <p>Garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos do território e o uso sustentável dos recursos minerais.</p>	5.1. Levantamento (sistematização de dados) de recursos hídricos subterrâneos e superficiais.	5.1.1. Levantamento realizado e dados sistematizados;
	5.2. Enquadramento (carta hídrica) dos corpos d'água e Elaboração do plano de sustentabilidade dos recursos hídricos do território;	5.2.1. Enquadramento dos cursos de água realizados e planos municipais de sustentabilidade dos recursos hídricos realizados e sendo executados; 5.1.1. 13 Agentes ambientais contratados e atuando nos municípios do território
	5.3. Criação do Comitê de bacia do Médio Rio Pardo e dos Núcleos Municipais de educação ambiental;	5.3.1. Comitê de bacia do Médio Rio Pardo criado e atuando; 5.3.1. 13 Núcleos Municipais de educação criados e atuando nos municípios do território; 5.3.2. Recursos do fundo de reserva oriundo das taxas da Embasa e Empresas aplicados para manutenção dos núcleos municipais e para educação ambiental e recuperação de mananciais do Território.
	5.4. Restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos.	5.4.1. Planos municipais de recuperação de áreas degradadas discutido, aprovados e sendo executados.
	5.5. Apoio a projetos de recuperação das nascentes, despoluição dos rios e construção de aterros sanitários	5.5.1. 13 Projetos de recuperação de nascente elaborados e sendo executados no

	(consórcios).	Território; 5.5.2. 5 Projetos de despoluição de rios elaborados e executados; 5.5.3. 3 Aterros sanitários implementados de forma consorciada.
EIXO 2: ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA		
Objetivos	Estratégias	Metas
(Objetivo 1) Promover a reforma agrária e a regularização fundiária das áreas ocupadas por agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, democratizando o acesso a terra e aos recursos naturais, promovendo também o etnodesenvolvimento e a autonomia de mulheres e juventude.	1.1. Desapropriação de áreas improdutivas e que não cumpram sua função social.	1.1.1. Assentamentos existentes no Território estruturados;
		1.1.2. 260 famílias que tenham vocação para atividade rural cadastradas;
		1.1.3. 260 famílias de sem terra assentadas em áreas desapropriadas;
	1.2. Agilização do processo de titulação dos territórios tradicionais e do acesso a terra, ampliando o valor do teto para sua aquisição.	1.2.1. Processo de autoreconhecimento de todas as comunidades tradicionais concluído; levantamento das comunidades tradicionais autoreconhecidas e em processo identitário no item específico desse plano
		1.2.2. Processo de regularização dos territórios quilombolas concluído;
		1.2.3. SEMAF's e SETAF, inclusive com Equipe da CDA para agilizar a demarcação e liberação dos títulos de terra, estruturados;
		1.2.4. 13 ações discriminatórias e de regularização de terras devolutas concluídos no Território.
	1.3. Promoção de grupos específicos para estimular a permanência da juventude rural no campo e	1.3.1. 3 Escolas Famílias Agrícolas (uma em cada sub-território), integradas aos Institutos Técnicos existentes;

	promover a autonomia das mulheres.	1.3.2. Transporte e auxílio moradia ampliados e garantidos para jovens do campo que estejam cursando escolas técnicas.
	1.4. Revisão e cumprimento dos critérios de seleção para áreas de reforma agrária	1.4.1. Famílias assentadas em áreas de reforma agrária com efetiva vocação agrícola;
	1.5. Regularização e estruturação de áreas adquiridas promovendo a agricultura periurbana (cinturão verde para produção de hortifrutigranjeiros).	1.5.1. Levantamento de todas as áreas de assentamentos periurbanos existentes no território realizado e atualizado;
		1.5.2. Titulação definitiva entregue às famílias assentadas, com efetiva vocação agrícola, coibindo, inclusive, o uso comercial e especulativo do terreno;
	1.6. Estruturação e viabilização efetiva da Equipe Técnica da BAHATER.	1.6.1. Equipe Técnica da BAHATER equipada para serviço de ATER nos assentamentos e territórios tradicionais;
		1.6.2. Serviços de capacitação em agropecuária garantidos para assentados e comunidades tradicionais.
(Objetivo 2) Disponibilizar serviços de ATER e infraestrutura social e produtiva em áreas de assentamento de Reforma Agrária e territórios de povos e comunidades tradicionais.	2.1. Melhoramento da infraestrutura rural;	2.1.1. Melhoramento e manutenção de estradas vicinais e pontes por meio dos equipamentos do PAC 2 garantidos;
		2.1.2. Energia Elétrica e abastecimento hídrico de qualidade garantidos em todos os assentamentos e territórios tradicionais;
		2.1.3. Equipamentos sociais (escola, posto de saúde, quadra de esportes e área de lazer e cultura) instalados em todos os assentamentos e territórios tradicionais;
		2.1.4. Equipamentos agrícolas essenciais atendendo áreas de assentamentos e territórios tradicionais.

	2.2. Estruturação das principais cadeias produtivas de acordo com a vocação de cada assentamento e território tradicional.	<p>2.2.1. Programas e projetos específicos que alavancuem as cadeias produtivas nos assentamentos e territórios tradicionais implementados;</p> <p>2.2.2. Unidades de beneficiamento instaladas nos assentamentos e territórios tradicionais, de acordo com sua vocação produtiva.</p> <p>2.2.3. Capacitações realizadas em assentamentos e territórios tradicionais existentes para elaboração e execução de projetos específicos.</p>
EIXO 3: FORMAÇÃO CIDADÃ E ORGANIZAÇÃO SOCIAL		
Objetivos	Estratégias	Metas
<p>(Objetivo 1)</p> <p>Promover processos coletivos de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento rural sustentável, considerando as dimensões de gênero, etnias, geração, povos e comunidades tradicionais.</p>	<p>1.1 – Qualificação dos setores públicos, lideranças comunitárias, associações, conselheiros municipais, juventude rural, quilombolas e outros agentes sociais para atuarem no planejamento, integração e gestão participativa do desenvolvimento sustentável;</p>	<p>1.1.1 – Plano de Formação continuada nas áreas de planejamento e gestão para o desenvolvimento sustentável, com foco em novos modelos que promovam a produtividade sem danos aos recursos naturais;</p> <p>1.1.2 - Fórum Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Médio Sudoeste com participação do CODETER, associações de produtores, juventude e mulheres da zona rural e representantes das comunidades tradicionais, étnicas e do poder público criado;</p> <p>1.1.3 – Realizado o mapeamento dos conselhos municipais, associações de produtores e demais entidades da sociedade civil que integram a política de desenvolvimento territorial, para formação de cadastro territorial.</p>

	1.2 – Fortalecimento da política de desenvolvimento territorial, com estruturação física e organizacional do CODETER, SETAF, RTC, NRE-08, dentre outros;	<p>1.2.1- Órgãos e representações estruturados com mobiliário, equipamentos de TI, transporte e recursos financeiros e humanos necessários ao seu pleno funcionamento;</p> <p>1.2.2- Estrutura organizacional do CODETER, com diretoria, núcleo técnico e Câmaras Temáticas homologadas e atuantes;</p> <p>1.2.3- Formação continuada dos envolvidos na política territorial sendo executada.</p>
	1.3 – Criação de condicionantes para participação dos municípios nos programas estaduais voltados para produção agroecológica, geração de trabalho e renda, considerando as comunidades tradicionais e dimensões de gênero, etnias e geração.	<p>1.3.1- Ter realizado diagnóstico municipal dos instrumentos legais/institucionais exigidos pela política estadual para participação em programas, projetos e editais específicos das políticas públicas para comunidades tradicionais, grupos étnicos, mulheres, agricultura familiar infância e juventude;</p> <p>1.3.2- Ter elaborado e assinado termo de compromisso ente Estado e municípios, para que estes dêem aporte logístico aos técnicos do Estado para adequação legal dos municípios para participação nos programas, projetos e editais.</p>
<p>(Objetivo 2)</p> <p>2. Fortalecer e promover a identidade e diversidade cultural do Médio Sudoeste.</p>	2.1 Fortalecimento da política territorial de cultura, com ênfase na implementação dos Sistemas Municipais de Cultura em consonância com os Sistemas Nacional e Estadual.	<p>2.1.1- Ter realizado mapeamento artístico-cultural dos municípios, identificando artistas e comunidades/grupos, assim como manifestações da cultura popular e tradicional;</p> <p>2.1.2 - Continuidade garantida à realização dos fóruns territoriais de cultura;</p> <p>2.1.3 - Ter homologada a Câmara Temática de Cultura no CODETER;</p> <p>2.1.4 - Plano de Desenvolvimento Territorial da Cultura elaborado e sendo executado;</p> <p>2.1.5 - Ter implantado os Sistemas Municipais de</p>

		<p>Cultura em todos os municípios do Território;</p> <p>2.1.7 - Conferências municipais de cultura realizadas anualmente;</p> <p>2.1.8 - Caravana Territorial itinerante da Arte e da Cultura, com apresentações dos artistas e grupos culturais de todos os municípios, principalmente na zona rural;</p> <p>2.1.9 - Ter implantado Programa de Capacitação permanente em elaboração e gestão de projetos criativos;</p> <p>2.1.10 - Gestores, conselheiros e legisladores municipais integrados e participando nos fóruns territoriais e estaduais de cultura.</p>
<p>(Objetivo 3)</p> <p>Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, organização social e cidadania.</p>	<p>3.1 Promoção da integração e capacitação das comunidades étnicas, de gênero e geracional, para o seu fortalecimento, desenvolvimento e organização social.</p>	<p>3.1.1 - Ter realizado as conferências municipais e livres das Juventude, Mulher, Infância e Adolescência, LGBT e Fóruns Municipais das Comunidades Tradicionais, Indígenas, de Matriz Africana e outras etnias presentes no território;</p> <p>3.1.2 - Suporte técnico garantido às comunidades que buscam credenciamento como quilombolas junto à Fundação Palmares;</p> <p>3.1.3 - Ter constituído o Fórum Territorial de Educação Quilombola, para inclusão das diretrizes e parâmetros estaduais da Educação Quilombola nas escolas municipais e estaduais do campo e cidade nos municípios onde existem comunidades quilombolas;</p> <p>3.1.4 - Ter realizado cursos técnicos e de extensão com a temática agroecológica valorizando a cultura, práticas e costumes dos povos e comunidades tradicionais dentro da comunidade;</p>

		<p>3.1.5 - Programa de alfabetização e educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto e a educação profissional implementado;</p> <p>3.1.6- Ter implementado políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede pública de ensino;</p> <p>3.1.7 - Promover o esporte de participação, as práticas esportivas tradicionais e não tradicionais, preservando a cultura, o desenvolvimento integral e a formação da cidadania, assegurando o acesso dos povos e comunidades tradicionais;</p> <p>3.1.98 - Assegurar ações de promoção, popularização e educação para os direitos humanos, com ênfase em práticas restaurativas e comunitárias, visando ao acesso à justiça e ao fortalecimento da cidadania de grupos vulneráveis;</p> <p>3.1.9 - Promover a inclusão social e a autonomia dos/as jovens negros/as, reduzindo a vulnerabilidade da juventude negra em situação de violência física e simbólica;</p>
	3.2. Promoção da economia da cultura como área estratégica do etnodesenvolvimento.	<p>3.2.1.- Feiras de artesanato implementadas e integradas às feiras agroecológicas;</p> <p>3.2.2 - Grupos estruturados atuando em conformidade às práticas de economia solidária e coletiva.</p>

<p>Objetivo 4:</p> <p>Potencializar a Educação contextualizada e do campo no Território</p>	<p>4.1. Reestruturação física, humana e pedagógica do CETEP;</p> <p>4.2. Enfoque do projeto pedagógico em agroecologia e agricultura familiar do Território</p> <p>4.3. Realização de concurso público para o CETEP;</p> <p>4.4. Condições de acesso, permanência e êxito aos estudantes nas instituições de ensino;</p>	<p>4.1.1 - CETEP estruturado com laboratórios, biblioteca, quadra poliesportiva;</p> <p>4.1.2 - CETEP atendendo as demandas do Território;</p> <p>4.2.1- Reestruturação do Projeto Político Pedagógico do CETEP e IF Baiano com ênfase em agroecologia e agricultura familiar;</p> <p>4.3.1 - Concurso público para o CETEP realizado, garantindo no mínimo de 50% de cargos efetivados;</p> <p>4.4.1 - Transporte, manutenção e moradia garantidos aos estudantes;</p> <p>4.4.2 - Bolsas de estudos para estudantes que desenvolvam trabalho em agroecologia e agricultura familiar no território;</p> <p>4.4.3 - Ampliação de convênio e parcerias para estágios no território;</p>
<p>EIXO 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS</p>		
Objetivos	Estratégias	Metas
<p>1. Promover para todos o acesso às políticas públicas e aos serviços públicos, por meio da participação social e da integração de ações institucionais.</p>	<p>1.1. Diagnóstico atualizado da infraestrutura e funcionamento dos Conselhos e Colegiados do Território;</p>	<p>1.1.1. Conselhos e colegiados do território mapeados, no ano 1 e 2 do Plano.</p>

	1.2. Viabilização de Investimento na organização e estrutura dos Conselhos e Colegiados, com a criação de fundos específicos;	1.2.1. 60% dos conselhos e colegiados funcionando de forma eficiente;
	1.3 Estruturação de um Programa Continuado de Capacitação dos conselheiros e membros de colegiados.	1.3.1. Programa de Capacitação de Conselheiros implantado e funcionando no território, no período de vigência do Plano.
2. Ofertar no território educação contextualizada e qualificação profissional.	2.1. Reforma e ampliação dos centros de educação básica e profissional;	2.1.1. Unidades de ensino funcionando de forma que atenda às necessidades do território, no período de vigência do Plano
	2.2.Viabilização de infraestrutura de transporte e moradia para os estudantes frequentarem/permanecerem nas unidades de ensino;	2.2.1. Estudantes atendidos em relação a infraestrutura para conclusão dos cursos, no período de vigência do Plano;
	2.3. Construção e otimização dos espaços de esporte, lazer e cultura destinados prioritariamente a população rural dos municípios.	
		2.3.1. Programa de Capacitação contextualizada de professores implantado e funcionando no território, no período de vigência do Plano.
		2.4.1. Espaços de esporte, cultura e lazer funcionando, no período de vigência do plano.
3. Promover o acesso a serviços de saúde pública de qualidade e para todos, nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária	3.1. Construção de hospital regional e unidades de pronto atendimento, aquisição de equipamentos, incremento de pessoal e ampliação do atendimento;	3.1.1. Hospital regional construído de forma a contemplar todo o território, no período de vigência do Plano;
	3.2. Ampliação no acesso da população às ações e serviços de saúde da atenção especializada	3.2.1. No mínimo 50% da população contemplada com garantia de acesso ao serviço de saúde pública;

	ambulatorial e hospitalar, fortalecendo a regulação do Sistema de Saúde, com ganho de eficiência e garantia da segurança do paciente;	
	3.3. Implantação e Fortalecimento dos CAPS;	3.3.1. Garantir a implantação do CAPS nos municípios do Território (de acordo as diretrizes do programa) no período de 8 anos; 3.3.2. CAPS estruturados com infraestrutura, insumos, capacitação permanente visando um atendimento humanizado e de qualidade, no período de 8 anos;
	3.4. Criação de espaços seguros para atender aos casos de assédio sexual, assédio moral, preconceito racial, violência contra a mulher, idosos, crianças, acidentados e portadores de doenças crônicas e relacionadas ao trabalho;	3.4.1. Estruturar e/ou reestruturar espaços humanizados para atendimento específico nos municípios do Território no período de 8 anos;
	3.5. Disponibilização dos equipamentos necessários para os agentes de combate às endemias e agentes comunitários de saúde e ampliação da área de cobertura no Território	3.5.1. Garantir que os Agentes de Saúde e Endemias tenham uma atuação eficiente, com investimentos em capacitação, material de trabalho e infraestrutura logística de locomoção; 3.5.2. Ampliação do atendimento as famílias do Território, sobretudo das áreas rurais, no período de 8 anos.
4. Prover tecnologias e soluções para a segurança pública no campo e na cidade.	4.1. Melhoria na infraestrutura dos órgãos de segurança para realização de atendimento mais eficiente e humanizado;	4.1.1. Órgãos de segurança pública realizando trabalho eficiente e humanizado no período de vigência do Plano;

	4.2. Implantação de programas sócio educativos nas escolas (voltados para cultura, esporte e lazer), organizações comunitárias de combate à violência e uso de drogas.	4.2.1. Escolas e comunidades contempladas com programas sócio educativos, no período de 8 anos
5. Universalizar a oferta de unidades habitacionais, o acesso à energia elétrica, saneamento básico e estradas nos domicílios e comunidades rurais, com ênfase em arranjos produtivos da Agricultura Familiar.	5.1. Continuidade e aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para o atendimento de habitação, energia, água e estradas;	5.1.1. Toda a população atendida com os serviços de energia, água e estradas, no período de 8 anos;
	5.2. Implementação de programas de gerenciamento de resíduos (construção e correto funcionamento de aterros sanitários com coleta seletiva) e ampliação da cobertura de esgotamento sanitário e água potável.	5.2.1. Território dotado de aterros sanitários (consorciados) funcionando corretamente e programa de gerenciamento de resíduos devidamente implantado

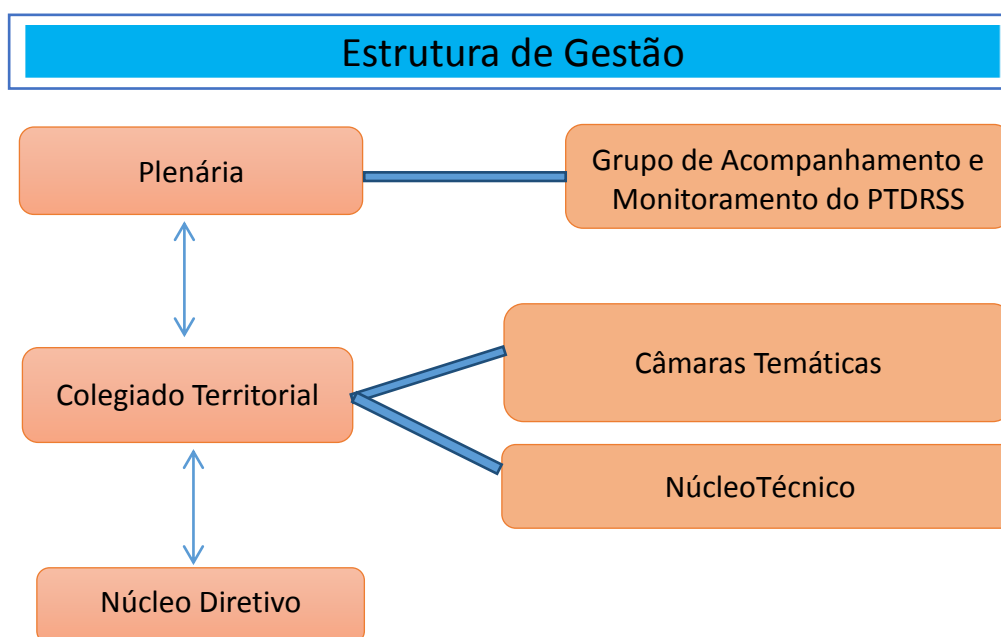
Capítulo III – Gestão e Monitoramento

O modelo de gestão e monitoramento do Conselho Territorial, foi proposto em oficina realizada em outubro de 2016, na cidade de Salvador, assessorada por Humberto Oliveira (Consultor Estadual dos Planos Territoriais), com a participação de representantes do CODETER, SDR, SEPLAN, e Assessores Técnicos do SETAF, preconizando uma gestão participativa através de representantes do colegiado e demais atores, que garanta o diálogo com o poder público e sociedade civil promovendo a interação das políticas públicas e sociais com transparência, integrando gestores públicos e entidades locais, chamando-os à responsabilidade para que ocorra o comprometimento destes com o plano e que promova a sustentabilidade dos diversos segmentos.

Nesta parte do Plano, será apresentada a estratégia de gestão do PTDRSS, ou seja: quem participa, como será feita a gestão, de que modo os caminhos estabelecidos serão respeitados e implementados. A fluidez de informação dever ser clara e acessível a todos, pois trata-se de acesso a tomada de decisão e estabelecimento de novas relações de trabalho coletivo. O modelo da gestão social orienta a implementação do Planejamento, além de ser um instrumento de informação e de coordenação de ações para aqueles/as que entrarem no decorrer do processo.

Os pilares deste modelo de gestão são: Transparência, Participação e Sustentabilidade.

Cada um desses conceitos de referência ficou bem absorvido no processo de elaboração do Plano, que observou, cada um ao seu modo, que esse referencial deve ser traduzido em ações práticas, conforme destacado abaixo, tendo como ponto de partida a estrutura de gestão atual, como instrumento sugerido para o monitoramento do Plano Territorial do Médio Sudoeste.



Para a Gestão eficiente do Plano, explicitaremos a seguir, com base no regimento do território, as seguintes funções de cada setor da gestão territorial:

Plenária:

Art. 5º– Compete a Plenária todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial, entre as quais estão:

- I. Articulações institucionais orientadas para o desenvolvimento territorial;
- II. Implementação das ações previstas no PTDS, bem como das respectivas agendas de prioridades;
- III. Aprovação dos Projetos Específicos a serem implementados a cada ano e escolha das entidades responsáveis;
- IV. Apreciação dos relatórios de acompanhamento e avaliação do PTDS e projetos específicos e definição sobre as providências de aperfeiçoamento que forem necessárias.
- V. Aprovação e reforma do Regimento Interno.
- VI. Fomentar a criação, estruturar, assessorar organizações associativas, cooperativas, com interesse pontual;
- VII. Análise e aprovação do PTDS – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável, bem como das respectivas agendas de prioridades;

VIII. Aprovação dos eixos estratégicos que orientam os projetos específicos e o PTDS;

IX. Aprovação dos critérios para seleção dos projetos específicos;

X. Apreciação dos relatórios de acompanhamento e avaliação e definição sobre as providências de aperfeiçoamento que forem necessárias.

Núcleo Diretivo

Parágrafo Terceiro. Compete ao Núcleo Diretivo representar a institucionalidade territorial, coordenar as ações do colegiado, articulando atores para a construção e implementação do Plano Territorial e projetos específicos e, de maneira geral, para a efetivação das decisões da Plenária, além de:

I. Acompanhar as ações da Entidade Coordenadora.

II. Formatar a ficha-resumo para encaminhamento de propostas de projetos;

III. Receber as pré-propostas de projetos das entidades pertencentes ao Território;

IV. Recepção e Seleção dos Projetos Específicos a serem implementados a cada ano e escolha das entidades responsáveis;

V. Fortalecer as articulações entre as entidades do Território;

VI. Propor eixos orientadores para os projetos a serem homologados pela plenária;

VII. Acompanhar a implementação dos Planos e Projetos Territoriais;

VIII. Estabelecer diretrizes para o funcionamento, acompanhar, coordenar e orientar a atuação do Núcleo Técnico.

IX. Estabelecer critérios de contribuição para os membros do colegiado, sendo as prefeituras responsáveis pelo fundo de participação;

X. Reunir uma vez por mês em reunião ordinária e extraordinariamente quando necessário.

Núcleo Técnico

Art. 22º – Compete ao Núcleo Técnico, as respectivas atribuições:

I - Analisar tecnicamente matérias enviadas pelo Colegiado Territorial ou pelo Núcleo Diretivo;

II - Formular propostas normativas para os assuntos de sua competência;

III - Propor estudos e projetos de interesse da Política de Desenvolvimento Territorial.

Câmaras Temáticas: Constituídas para auxiliar o Colegiado em debates de temas específicos ou abrangentes do processo de desenvolvimento. Geralmente possuem caráter permanente. No caso do Território do Médio Sudoeste e a partir da elaboração desse plano, elencou-se 04 câmaras temáticas, quais sejam: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva, Formação e Organização Social, Estrutura Fundiária e Acesso a Terra e Infraestrutura e Serviços Públicos.

As questões relacionadas a gênero, juventude e cultura serão tratadas de forma transversal em todas as Câmaras Temáticas.

Monitoramento

O Sistema de Monitoramento e Avaliação aqui proposto procura expressar o conjunto de diretrizes conceituais e metodológicas apresentadas e definir os instrumentais que serão utilizados processualmente durante as diversas fases de execução do presente plano. Sua principal finalidade é o aperfeiçoamento dos processos de execução, gestão e verificação dos resultados das metas estabelecidas.

O processo de monitoramento e avaliação processual será orientado a oferecer informações técnicas para subsidiar os processos decisórios do colegiado territorial, identificando as possíveis falhas e os procedimentos mais eficazes, contribuindo para a melhoria da capacidade e aperfeiçoamento da execução das ações do Plano. No contexto externo, o monitoramento e a avaliação deverão garantir a transparência nas ações realizadas e seus resultados, subsidiando os mecanismos de participação dos/as membros do colegiado territorial.

A gestão do PTDRSS deverá contribuir para:

- a) Transformar as estratégias / programas do PTDRSS em ações operacionais;
- b) Transformar essas estratégias / programas em tarefas para o colegiado;
- c) Estruturar a sinergia institucional para a execução das estratégias/programas do PTDRSS.

Para o processo de monitoramento foram estruturados procedimentos de acompanhamento sistemático das ações, passo a passo com a sua realização, procurando identificar os fluxos positivos e negativos que possam subsidiar o colegiado territorial com informações necessárias ao desenvolvimento de iniciativas processuais de aprimoramento da execução.

O monitoramento será realizado pelo Grupo de Acompanhamento e Monitoramento do PRDRSS. A constituição desse grupo cabe ao Colegiado Territorial. Será verificado se as ações estão sendo implementadas como planejado, se os/as beneficiários/as estão se beneficiando das ações do projeto, programas ou políticas públicas, se o cronograma está adequado ao desenvolvimento das ações no tempo previsto de execução do programa e se os recursos estão sendo aplicados de forma eficiente.

Mapa de Mudança

A partir das metas elaboradas neste plano, cada câmara temática implementará seu processo de monitoramento, para posteriormente ser apresentado e validado na Plenária do Território. Para tanto, um mapa de mudança deverá ser elaborado, buscando explorar e indicar a relação entre as mudanças que se deseja alcançar, as condições necessárias para que estas mudanças ocorram e o que se faz necessário fazer para que estas condições sejam produzidas. É um processo de impacto em 3 níveis, que apóia a definição de objetivos a médio e longo prazo. Os passos metodológicos podem ser expressos a partir das seguintes perguntas:

1. **Que mudanças, o Colegiado Territorial deseja ver nessa situação?** A partir de uma análise de contexto, são escolhidas algumas poucas formulações que sintetizem quais as mudanças que se deseja alcançar no futuro (2016 – 2018).
2. **O que é preciso acontecer para que ocorram estas mudanças?** A partir das situações desejadas faz-se a análise mais complexa em torno de quais são os processos ou situações que devem existir ou ocorrer para que estas situações sejam alcançadas. Aqui se desenvolve ao máximo a sucessão de eventos e de relações de causa e efeito entre processos em diversos eixos e temáticas transversais (gênero, geração, cultura, juventude,...)
3. **O que o CODETER e as Câmaras Temáticas ou Técnicas devem fazer para promover estas mudanças?** Neste nível, a câmara temática identifica quais são as ações chaves que a organização pode e deve realizar para desencadear os processos e situações que foram identificadas no passo anterior. Neste momento é onde entra em análise também a capacidade da Câmara Temática atuar em todos os processos ou apenas em parte deles.

4. Quais mudanças (objetivos) se pretendem alcançar a longo e a médio prazos?

A depender da capacidade de ação, percebe-se no mapa elaborado com mais clareza quais são de fato as mudanças que se quer e que se pode gerar a partir da ação da Câmara Temática.

Não existe intervenção óbvia nem certeza de que as coisas vão caminhar na direção desejada: a realidade é muito complexa e é preciso situar cada ação do projeto dentro de uma visão mais geral de como se pensa que as coisas podem mudar. Por isso antes de escrever um Plano de Ação Territorial (ou mesmo que ele já esteja em curso) é sempre bom aprofundar a análise do problema através da construção de uma noção lógica de impactos. Como funciona a realidade na qual atuamos? Quais os processos e atores de mudanças? Este mapa é uma base fundamental para pactuação entre os envolvidos. Expressa a visão mais ampla que o Colegiado Territorial tem do problema e dos caminhos e desafios para modificá-lo. Dá clareza a todos e todas, permitindo dialogar sobre a consistência e efetividade dos caminhos/estratégias e servirá de base para quaisquer outros planos operacionais.

A representação a partir de um mapa de mudança também é uma ferramenta de comunicação. Muitas vezes, os envolvidos no projeto têm na cabeça as mudanças desejadas, mas elas não estão sistematizadas, trazendo dificuldades para transmitir esta visão de modo que outras pessoas e organizações a entendam. É preciso melhorar a argumentação, esclarecer como entendermos a mudança para melhor justificar seu objetivo e tornar mais fácil o processo de monitoramento e avaliação.

Os Indicadores

Os indicadores são um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre as mudanças que estão se processando na qual podemos captar a sua ocorrência ou mensurá-los. Como o próprio nome diz, eles “indicam”, mas, não são a própria realidade. Eles podem ser relativos a aspectos tangíveis e/ou intangíveis da realidade:

- Tangíveis: são aqueles que podem ser observáveis e aferíveis quantitativa e qualitativamente, como renda, escolaridade, saúde, organização, gestão, conhecimentos, habilidades, formas de participação...Ex: Participação efetiva do Colegiado Territorial nas discussões dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

- **Intangíveis:** são aqueles sobre os quais só podemos captar parcial e indiretamente algumas manifestações: poder, liderança, cidadania. São dimensões complexas da realidade, possíveis de observar apenas captando algumas de suas manifestações indiretas.

Como já mencionado anteriormente, os indicadores não tem significado em si mesmos, apenas são situados nas relações e práticas sociais. Todo indicador tem por trás de suas definições sempre um pacto, um acordo em relação à visão que se tem de um determinado processo e como observá-lo. Portanto, há sempre uma teoria ou uma concepção por trás de um indicador, por mais “objetivo” e “neutro” que possa aparecer. Portanto, antes de tudo, um indicador só será um instrumento válido se os envolvidos em um debate estiverem de acordo sobre o seu significado e sobre sua validade.

Segue abaixo, um exemplo da matriz de monitoramento de atividades elaborado pelo

Ações/Projetos	Indicador	Prazo	Situação Trimestre 1	Situação Trimestre 2	Situação Trimestre 3	Situação Trimestre 4	Avaliação anual
Elaborar Diagnóstico da incidência de queimadas em estabelecimento rurais	Diagnóstico elaborado	6 meses	●	●	-	-	●
Realizar campanha educativa sobre os efeitos das queimadas no meio ambiente e as alternativas para a agricultura familiar.	Campanha educativa realizada	24 meses	●	●	●	●	●
Estabelecer mecanismos para o controle e combate as queimadas, com participação da sociedade civil.	Estabelecido mecanismo de controle de queimadas.	12 meses	●	●	●	●	●
Implantar programa de controle e combate a queimadas em organizações sociais (sindicatos, associações e cooperativas).	Quantidade de organizações sociais que implantaram programa de controle das queimadas	24 meses	●	●	●	●	●
Criar prêmio ambiental para comunidade ou organização social que apresente melhor desempenho no controle e combate às queimadas	Número de comunidades ou organizações sociais, por município, premiadas anualmente pelo melhor desempenho no controle e combate às queimadas	24 meses			●	●	●

Legenda: ● Normal ● Atrasado-Atenção ● Muito atrasado-Preocupante

Consultor Humberto Oliveira/SDR/CAR.

Exemplo: Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva.

Para garantir a eficácia da Gestão do Plano, as Câmaras Temáticas e o Grupo de Acompanhamento e Monitoramento deverão ser fortalecidas, se traduzindo num espaço de compartilhamento da gestão territorial, oportunizando a participação ativa dos membros do colegiado, tendo a plenária territorial como base de consulta e validação das questões debatidas e refletidas em cada grupo temático.

Ações de Monitoramento e Avaliação do Plano

Algumas ações devem ser implementadas para a realização do monitoramento e avaliação do Plano:

- ✓ Realização de visitas técnicas;
- ✓ Criação de banco de dados;
- ✓ Acompanhamento sistemático aos projetos implantados e aos que estão em tramitação;
- ✓ Rodas de Conversa
- ✓ Geração de relatórios periódicos (por grupo temático)
- ✓ Realização de reuniões por micro-regiões para avaliação e monitoramento;
- ✓ Realização de reuniões por grupos temáticos para avaliação e monitoramento;
- ✓ Elaboração de instrumentos de diagnóstico: questionários, relatórios, entrevistas, etc.
- ✓ Câmaras Temáticas articulando e se reunindo com os conselhos e associações para levantamento das realidades locais.
- ✓ Construir um processo de PMA (Planejamento, Monitoramento e Avaliação) gradual do Colegiado Territorial, inserindo-o como instrumento de fortalecimento da gestão territorial.

Composição atual do Colegiado Territorial do Médio Sudoeste

SOCIEDADE CIVIL	
Nome da Entidade	Nome e contato do/a Representante
ITAMBE STR / FETAG	Jarbas (77) 3432 -1299; Marcão (77) 99978- 3628
COOTERRA	Joelito (77) 99995-3063
ITARANTIM: Associação Amigos de Itarantim	Joabes Ribeiro - joabesrodrigues@hotmail.com
SANTA CRUZ DA VITORIA: Ass. Pequ. Prod.	Contato: CMDS Anilton Cardoso Manoel (73) 98118-5966 PREIDENTE STR

Rurais de St ,Vitória Associação dos Apicultores	Celino (73) 98154 4826
ITAPETINGA: Associação de Piscicultores	Domingos (77) 99158 9115; Joao do Campo 98107 2153
Ass. Pequenos Agricultores	Jucileide Assis (77) 98125 1545/99151 2062
Ass. Horticultores	Paulo Nascimento (77) 99968 2553
Sindicato Trab. Rurais Itapetinga Macarani	Maria da Paixão – (77) 98814-8699 - paixão.santoslima@hotmail.com
UESB	Prof. Sérgio (77) 99944- 2566 - sergiofernandes@uesb.edu.br
IF Baiano	Prof. Charles Leonel (73) 98805 –9451 charlesleonel@yahoo.com.br Alexandra
FIRMINO ALVES: Ass. Desenvolv. Comunitário	José Enok (73) 98192- 3924
Associação Desenvolv. Comum. Itaiá	Jurandir Barbosa - jurabarbosamarques@hotmail.com
IGUAÍ: Ass. Roça Comunitária Ass. Roça Comunitária Ong Joao de barro	Olga Meyra (73) 98818- 8714; olgameyra@hotmail.com Marileuza Campos (73) 98812-8039 Manoel Barbosa
IBICUI: Associação dos Pequenos Produtores da Região do Ingrunado	Robson Marques (73) 98123 8989; Maria Urânia 981638431 Leandro 98113 2181 appi.ingrunado@gmail.com
CAATIBA: CMDs	Domingos (77) 9829 8109/98863 7083/99986 9665 Charles (77) 3034 2374/9866 1572
STR / FETAG	charlesnunes-carvalho@hotmail.com conselhomunicipalcaatiba@hotmail.com
MAIQUINIQUE: Ass. Proteção Ambiental	Ivan Pereira da Silva (77) 99145 4036 ivanpsilva.tala@gmail.com Ancelmo (77) 99101 6144;

Ass. do Tinga; STR	Karen (77) 99202 5280
MACARANI: STR	Aline (77) 98815 1621; alinealcantara12@hotmail.com ; Berenice (77) 98811 2776
SPPRM	Alcântara
ITORORÓ: AMFAR STR CETEP	Zico (73) 99915 8300 Jailton José (73) 99964 3593; José Viana.
NOVA CANAÃ: STTR	Marcelo 98876 0966; José 3207 2298 stnovacanaa@hotmail.com ; Marilanda Lima (73) 98816- 8131 marilandalima07gmail.com
POTIRAGUÁ	Pedro Vivas (73) 98154 4343

PODER PÚBLICO

Nome da Instituição	Nome e contato do/a Representante
ITAPETINGA: Secretaria de Agricultura	(77)) 3251-8325; Sidnei; Neusete (77) 99161-6435 secdesenagri@yahoo.com.br
Secretaria de Meio Ambiente	José Robério (77) 98101-0556;
SECULT	Cristal (77) 99136- 4005
ITAMBÉ: CMDS/Câmara Vereadores	Gilmar (77) 99998-2690 Edmilson
Secr. Ação Social	Claudio (77) 99832-6955
ITORORÓ : Prefeitura Municipal CEPLAC	Manoel (73) 99993-4502; Zico (73) 99915 8300 manuel_aragao@hotmail.com pmitororo.agricultura@hotmail.com Luis (77) 98123 1421
ITARANTIM: Secretaria de Agricultura	Joana Darq (73) 98174 9264; Robson (73) 98201-1458
CAATIBA: Sec. Agric.	José Alemida (Zeildo) 3430-2104/9880- 1688; Cleveland (77) 98803 3479; Cristian (73) 98801-0034 clevelandsantos@gmail.com
POTIRAGUÁ	Vinicius (73) 9817- 6555/3285- 2181

Prefeitura / Sec. Agr.	Fernando Coelho (73) 981382022
MAIQUINIQUE: Prefeitura Municipal	Luciano Patêz (77) 99198-7535 lls.patez@hotmail.com
MACARANI: Prefeitura Municipal	Selmo Silveira (77) 98815-9673 silveiratg@hotmail.com
FIRMINO ALVES: Prefeitura Municipal	Carlúcio (73) 98166- 7760 carlucio_farias@hotmail.com ;
SANTA CRUZ DA VITORIA: Prefeitura	José Antônio (73) 98118- 9285; joseantoniosobrinho@hotmail.com Luciano Almeida (73) 98176 -7711 lacosta2705@hotmail.com
IBICUI: Prefeitura Municipal	Robson Marques (73) 98123-8989; Alan 98104- 2201
IGUAÍ Prefeitura Municipal	Fernando Ferreira (71) 99967-6676 fernando.of@live.com
NOVA CANAÃ: Secret. Agricultura	Vanildo (73)98846- 0823 Advando Santana (73) 988774736

ANEXO 1**Estrutura Fundiária do Território do Médio Sudoeste****Tabela 1. Município de Iguaí. MF: 30 ha**

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt.)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	1.776	17.553	85,16	32,49
50-200	165	13.628	7,91	25,21
200-500	48	14.418	2,30	26,68
500-1000	09	5.171	0,43	9,57
1000-2500	03	3.276	0,14	6,06

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE
Adaptado pelo autor

Tabela 2. Município de Nova Canaã. MF: 35 ha

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	1.640	16.144	83,31	24,91
50-200	191	17.862	9,71	27,56
200-500	56	15.685	2,84	24,20
500-1000	14	9.520	0,71	14,69
1000-2500	05	5.599	0,25	8,64

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE
Adaptado pelo autor

Tabela 3. Município de Ibicuí: MF: 40 ha

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	808	6.201	77,13	6,86
50-200	116	11.011	11,01	12,16
200-500	54	16.490	5,12	18,22
500-1000	24	17.248	2,28	19,06
1000-2500	18	28.373	1,71	31,35

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE
Adaptado pelo autor

Tabela 4. Município de Itambé: MF: 60 ha

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	873	10.244	70,79	10,94
50-200	177	18.786	14,35	19,63
200-500	70	21.612	5,68	22,58
500-1000	27	18.716	2,19	19,56
1000-2500	11	17.113	0,89	17,88

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE
Adaptado pelo autor

Tabela 5. Município de Itapetinga: MF: 60 ha

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	104	2.275	33,33	2,36
50-200	105	12.965	33,65	13,41
200-500	44	14.993	14,10	15,52
500-1000	35	25.046	11,22	25,92
1000-2500	17	25.765	5,45	26,66

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE
Adaptado pelo autor

Tabela 6. Município de Potiraguá; MF: 50 ha

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	71	1.114	31,55	1,44
50-200	62	7.789	27,55	10,02
200-500	50	17.737	22,22	22,83
500-1000	26	18.650	11,56	24,00
1000-2500	14	23.975	6,22	30,85

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE
Adaptado pelo autor

Tabela 7. Município de Itarantim; MF: 60 ha

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	457	6.455	57,86	5,46
50-200	181	20.043	23,05	16,99
200-500	70	21.733	8,87	18,42
500-1000	33	23.520	4,18	19,93
1000-2500	21	35.387	2,66	29,99

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE
Adaptado pelo autor

Tabela 8. Município de Maiquinique; MF: 60 ha

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	164	3.584	51,42	9,57
50-200	101	11.069	31,66	29,64
200-500	40	11.882	12,54	31,82
500-1000	10	7000	3,13	18,75
1000-2500	02	X*	0,63	X*

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE
Adaptado pelo autor

*Não informado no banco de dados.

Tabela 9. Município de Caatiba; MF: 35 ha

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	818	7.172	90,28	26,88
50-200	52	4.300	5,74	16,12
200-500	14	4.928	1,55	18,48
500-1000	7	4.847	0,77	18,18
1000-2500	1	X*	0,11	X*

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE

Adaptado pelo autor

*Não informado no banco de dados.

Tabela 10. Município de Firmino Alves ; MF: 20 ha

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	131	2.298	75,28	13,07
50-200	28	2.919	16,10	16,60
200-500	08	2.614	4,60	14,86
500-1000	05	3.946	2,87	22,44
1000-2500	01	X*	0,57	X*

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE

Adaptado pelo autor *Não informado no banco de dados.

Tabela 11. Município de Itororó ; MF: 30 ha

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	469	6.486	77,24	20,07
50-200	100	9.721	16,47	30,09
200-500	29	7.901	4,78	24,46
500-1000	03	1.673	0,49	5,18
1000-2500	05	6.524	0,82	20,20

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE

Adaptado pelo autor

Tabela 12. Município de Macarani ; MF: 60 ha

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	291	6.086	50,51	6,17
50-200	154	15.417	26,74	15,60
200-500	74	23.328	12,85	23,60
500-1000	38	27.647	6,60	27,97
1000-2500	19	26.375	3,30	26,68

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE Adaptado pelo autor

Tabela 13. Município de Santa Cruz da Vitória ; MF: 50 ha

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (há)	Estabelecimento (%)	Área (%)
0-50	157	1.891	79,70	22,11
50-200	30	2.828	15,22	33,08
200-500	06	1.571	3,05	18,38
500-1000	03	2.258	1,52	26,42
1000-2500	-	-	-	-

Fonte: Extraído do Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Censo Agropecuário 2006/IBGE Adaptado pelo autor

ANEXO 2

Registro Fotográfico de Elaboração do Plano Territorial



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maicon Leopoldino. **A monocultura do eucalipto: conflitos socioambientais, resistências e enfrentamentos na região do sudoeste baiano**. UFBA/IGEO. Salvador,BA: 2015.

Avaliação de metodologias para amostragem de água visando o monitoramento de variáveis limnológicas. / Mayana Silva Bessa Leite. - Itapetinga: UESB, 2014.

Banco de Dados do Projeto de Pesquisa Geografar/UFBA. Disponível em: <<https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria>>. Acesso: 10 de outubro de 2016.

CUNHA, J. “CAPITAL E CONFLITO NO CAMPO: movimentos rurais e políticas públicas na Bacia do Rio Pardo. Projeto de Pós-doutoramento, Bolsa CAPES-MEC – UCSal, Salvador, 2016.

Diagnóstico da Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia. 2015. Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional – GGSAN.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 1-777. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2016.

IBGE. **Divisão Regional em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Vol.1, Rio de Janeiro, 1990.

Impacto Econômico da Seca na Macro Região de Itapetinga. **Palestra proferida por Paulo Costa Ferraz – Coordenador Regional da ADAB-Itapetinga**. 2016.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-05_ba.pdf>. Acesso em: Setembro de 2016.

MATOS, Eliane Cristal Ferraz de. **Desafios e caminhos para a implementação da política pública de cultura nos municípios do Território Médio Sudoeste da Bahia**. UFBA/SECULT-BA. Salvador,BA: 2014.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Tecendo memórias: identidade e resistência indígena no Planalto da Conquista nos fins do século XX e princípios do XXI (2011)**. Disponível em: <http://www.faceq.edu.br/pdf/tecendomemorias>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.

Perfil Sintético do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia. Secretaria de Desenvolvimento Rural do Governo do Estado da Bahia. 2015.

Perfil Territorial do Médio Sudoeste da Bahia. MDA/SDT.2015.

Plano Plurianual 2016-2019. Bahia

Relatório Anual do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).2015.

Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). 2015. **Atlas Digital da Economia Solidária**. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso: 20 de outubro de 2016.

SOUZA, Telma Mirian Moreira de. **Entre a cruz e o trabalho: exploração da mão de obra indígena do sul da Bahia**. UFBA. Salvador,BA: 2007.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Salvador lidera o ranking e corresponde a 24,3% do PIB estadual**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1709:salvador-lidera-o-ranking-e-corresponde-a-243-do-pib-estadual&catid=3:destaques. acesso 16 de setembro de 2016.

HASSAGUA, Welliton Rezende, **A crise da economia pecuária bovino-extensiva da micro região pastoril de Itapetinga: subordinação, conflito e mudanças nas relações e meios de produção nos Últimos 30 anos/** Rezende Hassegawa, Cruz das Almas, Ba Universidade Federal da Bahia, Escola de Agronomia, 1996.Dissertação de Mestrado em Agronomia. Área de Concentração em Política e Desenvolvimento Rural.

Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado da Bahia. 2010. Volume VI. Caracterização dos Territórios de Identidade.